

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

Proposta da Administração AGO/E – 30/04/2010

- Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº481/09;
- Item 10 do Formulário de Referência;
- Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência;
- Item 13 do Formulário de Referência.



São Paulo, 14 de Abril de 2010

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DA OHL

A OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. (“OHL Brasil” ou “Companhia”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.919.555/0001-67, com sede na Rua Joaquim Floriano, 913, 6º andar, CEP: 04534-013 Município de São Paulo, Estado de São Paulo, divulga a proposta de destinação do lucro líquido apurado no encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2009, nos termos do artigo 9º, §1º, inciso II, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

Na tabela a seguir, apresentamos a recomendação da destinação dos lucros, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de Março de 2010, assim como os dados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007.

(R\$)	2009	2008	2007	a.h. 09/08	a.h. 08/07
Lucro líquido do exercício	176.277.079,74	105.438.308,88	74.876.542,86	67,2%	40,8%
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	(8.813.853,98)	(5.271.915,44)	(3.743.827,14)		
Dividendos propostos*	(41.865.806,44)	(25.041.598,36)	(17.783.178,93)		
Retenção de lucros	125.597.419,00	75.124.795,08	53.349.536,79		
<i>Lucro Por Ação (R\$)</i>	<i>2,56</i>	<i>1,53</i>	<i>1,09</i>	67,2%	40,8%
Lucro líquido - Reserva Legal (A)	167.463.226	100.166.393	71.132.716		
Dividendos propostos - Total (B)	41.865.806	25.041.598	17.783.179	67,2%	40,8%
Dividendos Por Ação (R\$)	0,60772945616451	0,3635070777	0,25814292328	67,2%	40,8%
(A/B)	25,0%	25,0%	25,0%		
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-		
Juros Sobre Capital Próprio por Ação	-	-	-		
Total de Ações	68.888.888	68.888.888	68.888.888		
Ordinárias	68.888.888	68.888.888	68.888.888		
Preferenciais	-	-	-		

*Para os anos de 2008 e 2007 os valores indicados são os mesmos dos “Dividendos Distribuídos”

Distribuição de Dividendos:

O estatuto social da Sociedade prevê que esta distribuirá, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Nos últimos exercícios sociais, a Companhia pagou integralmente os dividendos obrigatórios. Isto é, não houve retenção de dividendo obrigatório. A Companhia irá distribuir através de dividendos 25,0% do lucro líquido referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009

A proposta de distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas da Companhia no montante de R\$41.865.806,44 (quarenta e um milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e seis reais e quarenta e quatro centavos), ou seja, 25,0% do Lucro Líquido apurado no exercício social de 2009, correspondente a R\$0,607729456164251 (zero vírgula seis, zero, sete, sete, dois, nove, quatro, cinco, seis, um, seis, quatro, dois, cinco, um) por ação, será pago aos acionistas até 30 de novembro de 2010, em observância ao disposto no artigo 205, §3º, da Lei nº 6.404/76, sendo que somente os acionistas detentores de ações da Companhia na data da Assembléia Geral Ordinária, que será realizada em 30/04/2010, receberão tais dividendos.

O pagamento dos dividendos será realizado através de depósito em conta corrente.

Reserva legal

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, à retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou à reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2009, foi constituída reserva legal de R\$8.813.853,98, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

$$\text{Reserva Legal} = \text{Lucro Líquido} * 5,0\%$$

Outras Informações Relevantes

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E SEÇÃO 13 DO
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL
S.A. (“COMPANHIA”)**

Proposta de remuneração dos administradores

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta (i) de remuneração global anual dos Administradores da Companhia em até R\$ 3.510.000,00 (três milhões, quinhentos e dez mil reais), não incluídos os encargos sociais e previdenciários, (ii) da verba global de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) relativa à custo com locomoção/estadia dos membros do Conselho de Administração, e (iii) de remuneração para cada membro do Conselho Fiscal, nos termos previstos no §3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76, correspondente à 10% (dez por cento) da remuneração média de Diretor da Companhia.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Política ou prática de remuneração dos Administradores

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de seus profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos.

Os Diretores Estatutários são empregados da Companhia e as remunerações são calculadas na forma da lei e podem receber uma gratificação anual. O Conselho Fiscal e o Conselho de Administração são compostos por profissionais autônomos e não recebem nenhum tipo de gratificação extraordinária.

A empresa e suas subsidiárias possuem um programa de participação nos resultados que abrange todos os seus empregados, que desde exercício social de 2009, com pagamento em 2010, inclui também os Diretores Estatutários. O plano prevê pagamento aos empregados com base em avaliação individual.

b) Composição da Remuneração

Salário e gratificações

A diretoria estatutária recebe remuneração mensal de acordo com os critérios definidos em lei (CLT), demonstrada neste formulário com os devidos valores de verbas salariais e encargos diretos, e os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem pelos serviços prestados como profissionais.

A gratificação anual da diretoria é determinada pelo conselho de administração. Para a determinação destes valores considera-se ainda a avaliação individual de cada profissional e o alcance de metas determinados pela Companhia.

Proporção de cada elemento na remuneração total está indicada na tabela abaixo:

	Salários e Gratificações	Benefícios	Participação em Reuniões	Encargos	Total
Conselho de Administração			100%		100%
Conselho Fiscal			100%		100%
Diretoria estatutária	86%	1%	0%	13%	100%

O reajuste da remuneração da diretoria estatutária é feita anualmente e de acordo com o índice divulgado pelo sindicato da categoria. O reajuste da remuneração do Conselho de Administração e Fiscal é definido em assembleia geral.

c) Principais Indicadores de Desempenho

Não são estabelecidos indicadores de desempenho. A remuneração dos administradores é baseada na performance individual sobre entrega esperada para a área e para a Companhia. A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal é estabelecida pela assembleia geral e a dos diretores pelo Conselho de Administração.

d) Estruturação da remuneração – evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa não está diretamente atrelada aos indicadores de desempenho, mas sim a prática de mercado, com monitoramento anual através de pesquisas salariais. A

remuneração variável é determinada pela avaliação individual de cada profissional e o alcance de metas determinados pela Companhia

e) Alinhamento da política ou prática de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca, através da adoção de salários e benefícios compatíveis com o mercado, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro de colaboradores, profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e o seu plano de negócios.

f) Remuneração dos administradores suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g) Remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societários

Não há.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício social de 2010 (estimativa) valores em R\$	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	7	5	6	18
Remuneração fixa anual	176.400,00	2.720.078,90	180.000,00	3.076.478,90
- Salário ou pró-labore	0	1.940.393,30	0	1.940.393,30
- Benefícios diretos e indiretos	0	88.934,00	0	88.934,00
- Remuneração por participação em comitês	176.400,00	0	180.000,00	356.400,00
- Outros	0	690.751,60	0	690.751,60

Remuneração variável anual	0	425.940,00	0	425.940,00
- Bônus ^(*)	0	0,00	0	0,00
- Participação nos resultados (PPR)	0	425.940,00	0	425.940,00
- Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0,00
- Comissões	0	0	0	0,00
- Outros	0	0	0	0,00
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações	0	0	0	0
TOTAL	176.400,00	3.146.018,90	180.000,00	3.502.418,90

(*) A ser definida

Exercício social de 2009 valores em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	7	4	6	17
Remuneração fixa anual	163.000,00	2.086.120,20	160.000,00	2.409.120,20
- Salário ou pró-labore	0	1.494.020,10	0	1.494.020,10
- Benefícios diretos e indiretos	0	37.940,80	0	37.940,80
- Remuneração por participação em comitês	163.000,00	0	160.000,00	323.000,00
- Outros	0	554.159,30	0	554.159,30
Remuneração variável anual	0	2.204.000,00	0	2.204.000,00
- Bônus	0	2.204.000,00	0	2.204.000,00
- Participação nos resultados (PPR)	0	0	0	0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0,00
- Comissões	0	0	0	0,00
- Outros	0	0	0	0,00
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações	0	0	0	0
TOTAL	163.000,00	4.290.120,20	160.000,00	4.613.120,20

Exercício social de 2008 valores em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	7	4	6	17
Remuneração fixa anual^(*)	154.000,00	0,00	163.000,00	317.000,00
- Salário ou pró-labore	0	0	0	0,00
- Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0,00
- Remuneração por participação em comitês	154.000,00	0	163.000,00	317.000,00
- Outros	0	0	0	0,00
Remuneração variável anual	0	1.247.000,00	0	1.247.000,00
- Bônus	0	1.247.000,00	0	1.247.000,00
- Participação nos resultados (PPR)	0	0	0	0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0,00
- Comissões	0	0	0	0,00
- Outros	0	0	0	0,00
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações	0	0	0	0
TOTAL	154.000,00	1.247.000,00	163.000,00	1.564.000,00

(*)

Exercício social de 2007 valores em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	7	4	6	17
Remuneração fixa anual	182.000,00	0,00	113.000,00	295.000,00
- Salário ou pró-labore	0	0	0	0,00
- Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0,00
- Remuneração por participação em comitês	182.000,00	0	113.000,00	295.000,00
- Outros	0	0	0	0,00
Remuneração variável anual	0	2.000.000,00	0	2.000.000,00
- Bônus	0	2.000.000,00	0	2.000.000,00
- Participação nos resultados (PPR)	0	0	0	0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0,00

- Comissões	0	0	0	0,00
- Outros	0	0	0	0,00
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações	0	0	0	0
TOTAL	182.000,00	2.000.000,00	113.000,00	2.295.000,00

13.3 Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Os membros do conselho de administração e fiscal não fazem jus à remuneração variável. Apenas os diretores estatutários possuem remuneração variável na forma de bônus, sem determinação de valor mínimo ou máximo para pagamento do bônus, assim como não há plano de participação nos resultados ou plano de opções de ações (stock option). Nesse sentido, o presente item não se aplica à companhia.

13.4. Descrição do plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Valores mobiliários detidos em 31.12.2009	
Conselho de Administração	#
Sérgio Silva de Freitas	1
Felipe Ezquerria Plasencia	1

João Manuel Oliveira Rendeiro	1
José Carlos Ferreira de Oliveira Filho	1
Juan Luis Osuna Gomez	1
Tomás García Madrid	1
José Maria del Cuvillo Pemán	1
Total	7

Conselho Fiscal	#
Total	0

Diretoria	#
José Carlos Ferreira de Oliveira Filho	1
Felipe Ezquerria Plasencia	1
Francisco Leonardo Moura da Costa	0
Maria de Castro Michielin	0
Luis Manuel Eusebio Iñigo	0
Total	2

13.6. Informações a respeito da remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não havia remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais. A Companhia não tem previsão de estabelecer plano de remuneração baseada em ações para o exercício corrente.

13.7. Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não há.

13.8. Informações a respeito das opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não há.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não há plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores.

13.11. Informações a respeito da remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Diretoria Estatutária				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual (em R\$) ⁽¹⁾	Valor da Menor Remuneração Individual (em R\$) ⁽¹⁾	Valor Médio de Remuneração Individual (em R\$) ⁽¹⁾
2007	4	0	0	0
2008	4	0	0	0
2009	4	662.140,00	272.980,00	521.530,00
2010 (estimativa)	5	863.364,00	355.940,00	680.020,00

(1) Base: Remuneração Fixa Anual

Conselho de Administração				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual (em R\$)	Valor da Menor Remuneração Individual (em R\$)	Valor Médio de Remuneração Individual (em R\$)
2007	7	124.709,00	4.952,00	64.830,00
2008	7	105.523,00	4.190,00	54.856,00
2009	7	111.690,00	4.435,00	58.062,00
2010 (estimativa)	7	120.871,00	4.800,00	62.836,00

Conselho Fiscal				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual (em R\$)	Valor da Menor Remuneração Individual (em R\$)	Valor Médio de Remuneração Individual (em R\$)
2007	6	18.833,00	18.833,00	18.833,00
2008	6	27.167,00	27.167,00	27.167,00
2009	6	26.667,00	26.667,00	26.667,00
2010 (estimativa)	6	30.000,00	30.000,00	30.000,00

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Não há este tipo de remuneração.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais:

Órgão	2007	2008	2009
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%
Conselho de Administração	10,5%	12,5%	11,8%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

Não há.

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

Não há.

13.16. Outras informações relevantes

Não há.

**ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.
("COMPANHIA")**

12. ASSEMBLÉIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.6. Administradores e membros do conselho fiscal:

Conselho de Administração

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do mandato	Outros cargos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Sergio Silva de Freitas	66 anos	Economista	007.871.838-49	Presidente do Conselho	16.04.09	16.04.09	1 ano	Não Aplicável	SIM
João Manuel de Oliveira Rendeiro	57 anos	Economista	231.847.218-17	Conselheiro Independente	29.04.08	29.04.08	2 anos	Não Aplicável	NÃO
José Maria Del Cuvillo Pemán	48 anos	Advogado	231.798.758-79	Conselheiro	29.04.08	29.04.08	2 anos	Não Aplicável	SIM
Tomás Garcia Madrid	46 anos	Engenheiro	231.798.768-40	Conselheiro	29.04.08	29.04.08	2 anos	Não Aplicável	SIM
José Carlos Ferreira de Oliveira Filho	62 anos	Engenheiro	075.891.238-20	Conselheiro	29.04.08	29.04.08	2 anos	Diretor Presidente	SIM
Juan Luis Osuna Gómez	47 anos	Engenheiro	229.633.548-94	Conselheiro	29.04.08	29.04.08	2 anos	Não Aplicável	SIM
Felipe Ezquerria Plasencia	49 anos	Engenheiro	225.268.398-82	Conselheiro	29.04.08	29.04.08	2 anos	Diretor Vice-Presidente	SIM

Conselho Fiscal

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do mandato	Outros cargos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Ronaldo Fiorini	56 anos	Administrador	679.343.078-53	Conselheiro Efetivo	16.04.09	16.04.09	1 ano	Não Aplicável	SIM
Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho	55 anos	Administrador	500.165.638-91	Conselheiro Efetivo	16.04.09	16.04.09	1 ano	Não Aplicável	SIM
Tiago Borboletto Veloso de Almeida	27 anos	Engenheiro	303.329.378-60	Conselheiro Efetivo	16.04.09	16.04.09	1 ano	Não Aplicável	NÃO
Carlos Eduardo de Abreu Sodré	62 anos	Administrador	397.803.928-15	Conselheiro Suplente	16.04.09	16.04.09	1 ano	Não Aplicável	SIM
Luiz Péricles Muniz Michielin	64 anos	Advogado	416.295.748-72	Conselheiro Suplente	16.04.09	16.04.09	1 ano	Não Aplicável	SIM
Maurício Jonas de Oliveira	34 anos	Administrador	251.176.838-03	Conselheiro Suplente	16.04.09	16.04.09	1 ano	Não Aplicável	NÃO

Diretores

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do mandato	Outros cargos na Companhia	Eleito pelo Controlador
José Carlos Ferreira de Oliveira Filho	62 anos	Engenheiro	075.891.238-20	Diretor Presidente	28.04.08	28.04.08	2 anos	Membro do Conselho de Administração	SIM
Francisco Leonardo Moura da Costa	59 anos	Administrador	132.769.566-91	Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores	15.04.09	15.04.09	2 anos	Não Aplicável	SIM
Maria de Castro Michielin	45 anos	Advogada	092.480.538-23	Diretora Jurídica	15.04.09	15.04.09	2 anos	Não Aplicável	SIM
Luis Manuel Eusébio Inigo	60 anos	Engenheiro	233.037.818-18	Diretor	15.04.09	20.01.09	2 anos	Não Aplicável	SIM
Felipe Ezquerria Plasencia	49 anos	Engenheiro	225.268.398-82	Diretor Vice-Presidente	29.04.08	29.04.08	2 anos	Membro do Conselho de Administração	SIM

12.7. Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:

Atualmente, a Companhia não possui nenhum comitê instalado.

12.8. Administradores e membros do Conselho Fiscal

a) currículos, incluindo: (i) principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram destacando as sociedades ou organizações que integram (I) o grupo econômico da companhia, ou (II) de sócios com participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenham ocupado em companhias abertas.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DA CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

Conselho de Administração

Sérgio Silva de Freitas: Formou-se em Engenharia e Economia pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, e é pós-graduado em Análise Econômica pelo Ministério do Planejamento do Brasil. Foi Assessor do Ministério do Planejamento de 1964 a 1967, foi Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo (1975 a 1979) e também foi Diretor da Área Externa do Banco Central do Brasil (1985) Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da OHL Brasil, Presidente do Conselho da Arcelor do Brasil, membro do Conselho do Banco Itaú (desde 1985), Eternit (1989 a 1992), Usinor (1999 a 2002), Arcelor (2002 a 2006), Mittal (desde 2006), Zilo Lorenzetti (desde 2005) e Fundação Catavento (2005). Tem seu endereço comercial na sede da Companhia.

João Manuel Oliveira Rendeiro: Atualmente, é Presidente do Conselho de Administração do Banco Privado Português, além de administrador do mesmo. É também Presidente do Conselho de Administração da Holding S.G.P.S., S.A, a qual detém a totalidade do capital social do Banco Privado Português S.A. Formou-se pelo Instituto Superior de Economia e Gestão e Doutorou-se (Ph.D) em “Business Economics” em 1984 pela Universidade de Sussex, Inglaterra. Realizou cursos de pós-graduação nas Universidades de Stanford, Insead, London Business School e IESE. Na Companhia, exerce o cargo de Conselheiro. Tem seu endereço comercial em Lisboa, na Rua Mouzinho da Silveira, 12, CEP 1250-167, Portugal.

Tomás Garcia Madrid: Membro do Conselho de Administração. É também Diretor Executivo do Grupo Villar Mir, Presidente da Comisión de Auditoría y Cumplimiento del Consejo de Administración de OHL, Conselheiro da OHL S.A, da OHL Concesiones, da Autopista Eje Aeropuerto S.A e Conselheiro Executivo da Fertiberia S.A. Formou-se pela Universidad Politécnica de Madrid como Ingeniero de Caminos, Canales y Puertos em 1986 e MBA por IESE em 1988. Foi professor Titular da Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos. Tem seu endereço comercial em Madrid - Espanha, Paseo de la Castellana, 259 D, CP 28046, Torre Espacio.

José Maria Del Cuvillo Pemán: Membro do Conselho de Administração. Advogado desde 1987, foi Diretor da Assessoria Jurídica e Vice-Secretário de Administração da Sociedad General de Obras y Construcciones S.A até 1994; Diretor da Assessoria Jurídica do Grupo Obrascon Huarte; Vice-Secretário do Conselho de Administração da Obrascon Huarte S.A., até maio/1998, atualmente exerce os cargos de Diretor da Assessoria Jurídica do Grupo OHL, Vice-Secretário do conselho de Administração da Obrascon Huarte Lain S.A. desde maio/1999; e Secretário do conselho de Administração da OHL Concesiones. Formou-se em Direito pela Universidad Complutense de Madrid em 1986. Tem seu endereço comercial em Madrid - Espanha, Paseo de la Castellana, 259 D, CP 28046, Torre Espacio.

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho. O Sr. José Carlos foi Diretor Comercial da Zanini S.A. Equipamentos Pesados, Conselheiro da DZ Engenharia, Equipamentos e Sistemas, Presidente da Zanini International Trading Company, Diretor Superintendente da Crystalsev Comércio e Representação. Desde 1985 participou de Entidades de Classe, tendo sido Vice-Presidente da ABIMAQ/SINDIMAQ – Biênios 1985 a 1987 e membro do Conselho de Orientação Técnica e Relações Industriais da COTRI-CIESP de 1995 a 2004. Formou-se em engenharia pela Escola de Engenharia de Mauá e frequentou o Curso

Especial de Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo. Foi reeleito Conselheiro do COTRI-CIESP para o biênio 2005 a 2006. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Companhia, da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias”); da Autovias S.A. (“Autovias”), da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Centrovias”), da Vianorte S.A. (“Vianorte”), da Autopista Fernão Dias S.A. (“Fernão Dias”), da Autopista Fluminense S.A. (“Fluminense”), da Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”), da Autopista Planalto Sul S.A. (“Planalto Sul”) e da Autopista Regis Bittencourt S.A. (“Régis Bittencourt”), além de acumular o cargo de Diretor Presidente da Companhia. Tem seu endereço comercial na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 913.

Felipe Ezquerria Plasencia. O Sr. Felipe é Diretor Geral Econômico-Financeiro da OHL Concesiones, S.L., Unipersonal e Representante Legal da Obrascon Huarte Lain S.A. no Brasil. Formou-se pela Escuela Técnica Superior de Ingenieros Navales da Universidad Politécnica de Madrid. Trabalhou durante seis anos na Área de Auditoria da Arthur Andersen. Ocupa diversos cargos de responsabilidade no Grupo OHL desde junho de 1990. Na Companhia, exerce o cargo de Diretor Vice-Presidente, e, cumulativamente, o cargo de membro do Conselho de administração. Também é membro do Conselho de Administração da Autovias, da Centrovias, da Vianorte, da Fernão Dias, da Fluminense, da Litoral Sul, da Planalto Sul e da Regis Bittencourt. Tem seu endereço comercial na sede da OHL Concesiones, S.L., Unipersonal, em Madrid - Espanha, Paseo de la Castellana, 259 D, CP 28046, Torre Espacio.

Diretores

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho. Vide currículo no campo ‘Conselho de Administração’

Francisco Leonardo Moura da Costa. Diretor Administrativo-Financeiro de Relações com Investidores da Companhia, da Fernão Dias, da Regis Bittencourt, da Litoral Sul, da Planalto Sul e da Fluminense, da Autovias, da Centrovias, da Intervias e da Vianorte. Formou-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Fez curso de extensão em Administração de Marketing pela Universidade de Negócios e Administração em Belo Horizonte, e aperfeiçoamento e extensão em finanças. Foi Diretor Financeiro do Hospital Vera Cruz em Belo Horizonte, Diretor Financeiro da Ceesa Construtora S.A. em Belo Horizonte, responsável pela Superintendência Financeira da Construtora Mendes Júnior S.A. no Brasil e responsável pela área financeira da Mendes International Company na filial Bagdá, Iraque, além de ter trabalhado durante três anos na Arthur Andersen como auditor externo. Tem seu endereço comercial na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 913.

Luis Manuel Eusébio Iñigo. Diretor sem Designação Específica da Companhia, da Autovias, Centrovias, da Intervias e Vianorte, e Diretor Presidente da Fernão Dias, da Fluminense, da Litoral Sul, Planalto Sul e Regis Bittencourt. Formou-se pela Universidad Politécnica de Madrid como Ingeniero de Caminos, Canales y Puertos. Trabalhou em construção na República Dominicana, Equador, Bolívia e Chile; bem como em concessões rodoviárias no Chile. Tem seu endereço comercial na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 913.

Maria de Castro Michielin. Diretora Jurídica da Companhia, da Fernão Dias, da Regis Bittencourt, da Litoral Sul, da Planalto Sul e da Fluminense, da Autovias, da Centrovias, da Intervias e da Vianorte, da empresa Latina Manutenção, da empresa Latina Sinalização e da empresa Paulista Infra- Estrutura. Formou-se em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba, em 1986. Fez Pós-Graduação em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, de Campinas. Kursou MBA International em Direito Empresarial e Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas na Ohio University. Advogou desde 1985 para empresas de grande porte e instituições financeiras. Tem seu endereço comercial na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 913.

Felipe Ezquerria Plasencia. Vide currículo no campo ‘Conselho de Administração’

Conselho Fiscal

Tiago Borboletto Veloso de Almeida: Atualmente é Analista de Investimento dos setores de infraestrutura, concessões, logística, varejo e tecnologia, na Skopos Investimentos. Formado em Engenharia Mecânica pela Escola politécnica da Universidade de São Paulo em 2006. Candidato nível 2 Charterholder Financial Analyst Program. Tem seu endereço comercial na sede da Companhia.

Ronaldo Fiorini: Iniciou sua trajetória profissional no mercado financeiro em 1973 na Franlease, empresa de Leasing pertencente ao Banco Francês e Brasileiro BFB associado ao Credit Lyonnais. A partir de 1980 passou a ser o responsável pela área comercial do BFB no Rio de Janeiro assumindo em 1984 a diretoria do Banco de Investimento CREDIBANCO. Em 1987 assumiu a diretoria do BFB Banco de Investimento, onde permaneceu até 1990 quando passou a ser o diretor da área Corporate do BFB. Após a aquisição do BFB pelo Banco Itaú em 1995, assumiu uma das diretorias da ITAUCORP do Banco Itaú e posteriormente do ItaúBBA. Desde 2005 está associada a Latin Finance, empresa de consultoria na área de Mercado de Capitais. Tem seu endereço comercial na sede da Companhia.

Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho: Iniciou sua trajetória profissional no Banco Bozano, Simonsen de Investimento S.A. em 1971. Foi Operador de Mesa na Tecsul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (1972 a 1976), atuou no Grupo Finasa de 1977 a 1997 em vários cargos de Diretoria, e atualmente é Diretor Executivo do Banco Pecúnia S.A. Tem seu endereço comercial na sede da Companhia.

Luiz Péricles Muniz Michielin: Atualmente é Vice-Presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, foi 1º Diretor Secretário da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (2001 a 2004), foi 1º Diretor Secretário do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP (1998 a 2001), Secretário de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (1993), 2º Vice Presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (1992 a 1998), Delegado Efetivo do SINDIMAQ junto à FIESP (1992 a 1998) Presidente do ABIMAQ e SINDIMAQ (1991 a 1992) entre outras experiências profissionais. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo em 1970. Tem seu endereço comercial na sede da Companhia.

Carlos Eduardo Campos de Abreu Sodré: Iniciou sua trajetória profissional na Patente S.A. Corretora de Câmbio e Valores (1975 a 1980), foi Gerente de Mesa de Operações do Banco BCN (1980 a 1986), Banco Safra (1986 a 1989), Banco Fiat (1990 a 1991) e Banco Nossa Caixa (1992 a 1996). Atuou como Gerente de Investimento do Banco Patente S.A. (1997 a 1999). Formou-se em Administração de Empresas e Engenharia Química pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tem seu endereço comercial na sede da Companhia.

Maurício Jonas de Oliveira: Atualmente é Analista de Investimentos Senior na Skopos Administradora de Recursos. Já participou do conselho fiscal da Fosfértil de abril de 2004 à março de 2005, e de setembro de 2006 à março de 2008. Foi Analista Financeiro Senior da CPFL Energia (2002-2003), Gerente Financeiro/ Sócio do Interuni (2000-2001), e Trader do Banco BBA (1998-2000). Formado em Administração de Empresas pela FGV em Julho de 1997. Tem seu endereço comercial na sede da Companhia.

b) Ocorrência de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 cinco anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados nos últimos 5 anos.

12.9 Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre: a) administradores da Companhia; b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia; c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Não há ocorrência de nenhuma das relações mencionadas.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da companhia e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia b) controlador direto do emissor; c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da

Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.

a) Cargos Ocupados por Diretores e Conselheiros em empresas controladas pela Companhia

2009

Nome	Cargo na OHL Brasil	Cargo em empresa Controlada	Empresas controladas em que exerce este cargo
Juan Luis Osuna Gómez	Conselheiro	Conselheiro	Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul
José Carlos Ferreira de Oliveira Filho	Diretor Presidente	Presidente do Conselho de Administração	Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul
Felipe Ezquerria Plasencia	Diretor Vice- Presidente	Conselheiro	Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul
Francisco Leonardo Moura da Costa	Diretor Administrativo e Financeiro	Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores	Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul
Maria de Castro Michielin	Diretor Jurídico	Diretor Jurídico	Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul
Luis Manuel Eusébio Iñigo	Diretor		

2008

Nome	Cargo na OHL Brasil	Cargo em empresa Controlada	Empresas controladas em que exerceu este cargo
Juan Luis Osuna Gómez	Conselheiro	Conselheiro	Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul
José Carlos Ferreira de Oliveira Filho	Diretor Presidente / Conselheiro	Presidente do Conselho de Administração	Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul
Felipe Ezquerria Plasencia	Diretor Vice- Presidente / Conselheiro	Conselheiro	Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul
Francisco Leonardo Moura da Costa	Diretor Administrativo e Financeiro	Diretor Administrativo e Financeiro	Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul
Maria de Castro Michielin	Diretor Jurídico	Diretor Jurídico	Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul

2007

Nome	Cargo na OHL Brasil	Cargo em empresa Controlada	Empresas controladas em que exerceu este cargo
Juan Luis Osuna Gómez	Conselheiro	Conselheiro	Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho	Diretor Presidente / Conselheiro	Presidente do Conselho de Administração	Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte
Felipe Ezquerria Plasencia	Diretor Vice- Presidente / Conselheiro	Conselheiro	Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte
Francisco Leonardo Moura da Costa	Diretor Administrativo e Financeiro	Diretor Administrativo e Financeiro	Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte
Maria de Castro Michielin	Diretor Jurídico	Diretor Jurídico	Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte

b) Cargos ocupados por Diretores e Conselheiros nas controladoras, direta e indireta, da Companhia

2009

Nome	Cargo na OHL Concesiones	Cargo na OHL S.A.
José Maria Del Cuvillo Pemán	Diretor da Assessoria Jurídica	Vice-Secretário do Conselho de Administração
Tomás Garcia Madrid	Conselheiro	Membro da Comissão de Auditoria e do Conselho de Administração
Juan Luis Osuna Gómez	Diretor Geral	-
Felipe Ezquerria Plasencia	Diretor Geral Econômico-Financeiro	-

2008

Nome	Cargo na OHL Concesiones	Cargo na OHL S.A.
José Maria Del Cuvillo Pemán	Diretor da Assessoria Jurídica	Vice-Secretário do Conselho de Administração
Tomás Garcia Madrid	Conselheiro	Membro da Comissão de Auditoria e do Conselho de Administração
Juan Luis Osuna Gómez	Diretor Geral	
Felipe Ezquerria Plasencia	Diretor Geral Econômico-Financeiro	-

2007

Nome	Cargo na OHL Concesiones	Cargo na OHL S.A.
José Maria Del Cuvillo Pemán	Diretor da Assessoria Jurídica	Vice-Secretário do Conselho de Administração
Tomás Garcia Madrid	Conselheiro	Membro da Comissão de Auditoria e do Conselho de Administração

Juan Luis Osuna Gómez

Diretor Geral

Felipe Ezquerra Plasencia

Diretor Geral Econômico-
Financeiro

-

c) Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua Controladora, de suas controladas

Não há.

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência ("Comentários dos Diretores")

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com o cronograma de obras estabelecido pelos Contratos de Concessão e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com a prática de mercado.

i) hipóteses de resgate

Com relação a possibilidade de resgate de ações, não existe no curto prazo previsão para realização de tal evento.

(ii) fórmula de cálculo do valor do resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Por meio de uma análise dos números do ativo circulante e do passivo circulante, os Diretores acreditam que a Companhia possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazo hoje existentes, bem como para continuar expandindo suas operações. Ainda de acordo com a Diretoria, a geração de caixa da Companhia confere margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

O financiamento da Companhia foi tomado basicamente para o desenvolvimento dos programas de investimentos contratados com o Poder Concedente. O objetivo da Companhia é financiar a maior parte de seu programa de investimentos através da geração de caixa de seus negócios e da contratação de novos financiamentos.

Os financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes foram obtidos junto a algumas instituições financeiras. A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende manter sua estratégia de captação de financiamentos de longo prazo, junto a bancos de desenvolvimento, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, privilegiando a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de

câmbio e por meio de emissões de valores mobiliários.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia apresenta a tabela e gráfico abaixo, os quais descrevem a evolução do endividamento consolidado da Companhia nos exercícios encerrados em 2009, 2008 e 2007.

Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2009				
Empresas/Instituições credoras	Encargos	Vencimento final	Circulante	Não circulante
Autovias:				
BNDES	TJLP + 5% a.a.	Abril de 2011	1.288	427
Banco Fibra	CDI + 2,5% a.a.	Janeiro de 2010	12.619	-
Unibanco (BNDES)	TJLP + 3,95% a.a.	Mai de 2012	1.767	2.479
Banco Votorantim (BNDES)	TJLP + 3,3% a.a.	Setembro de 2012	674	1.167
Banco Itaú BBA (BNDES)	TJLP + 3,45% a.a.	Junho de 2012	330	489
Banco Votorantim FINAME (BNDES)	TJLP + 3,3% a.a.	Fevereiro de 2013	46	99
Unibanco	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	15.882	-
Banco Itaú BBA	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	15.882	-
Banco Bradesco	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	16.067	-
Banco Citibank	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	15.882	-
Banco Votorantim	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	8.197	-
Notas promissórias	CDI + 0,95% a.a.	Abril de 2010	195.974	-
Banco Dibens - "leasing"	100% CDI	Fevereiro de 2011	69	12
Total Autovias			284.677	4.673
Centrovias:				
BNDES - automático Itaú	TJLP + 3,95% a.a.	Junho de 2012	1.659	2.575
BNDES - automático Unibanco	TJLP + 3,3% a.a.	Outubro de 2012	823	1.545
Notas promissórias	CDI + 0,95% a.a.	Abril de 2010	262.099	-
Encargos antecipados			-805	-
Total Centrovias			263.776	4.120
Intervias:				
BNDES	TJLP + 3,3% a.a.	Novembro de 2013	2.494	7.163
Unibanco	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	25.093	-
Banco Itaú BBA	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	25.093	-
Banco Bradesco	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	25.093	-
Banco Citibank	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	25.093	-
Banco Votorantim	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	12.291	-
Banco BTG Pactual - "NP"	CDI + 0,95% a.a.	Abril de 2010	60.484	-
Banco Itaú BBA - "NP"	CDI + 0,95% a.a.	Abril de 2010	186.494	-
Banco Itaú - "sale leaseback"	CDI Over CETIP	Junho de 2010	1.686	-
Outros	CDI + 2% a.a.	Mai de 2011	48	-
Encargos antecipados			-753	-
Total Intervias			363.116	7.163
Vianorte:				
BNDES	TJLP + 4,5% a 7,5% a.a.	Agosto de 2013	23.719	29.408
Banco ABC - FINAME	TJLP + 6,3% a.a.	Julho de 2010	282	-
Unibanco - "Prosoft"	TJLP + 2,18% a.a.	Abril de 2010	181	-
Unibanco - FINAME	TJLP + 3,48% a.a.	Abril de 2012	393	525
Banco Votorantim - FINAME	TJLP + 3,3% a.a.	Fevereiro de 2013	78	168
Banco Dibens - "leasing"	CDI + 1,82% a.a.	Fevereiro de 2010	160	-
Total Vianorte			24.813	30.101
Planalto Sul:				
BNDES - empréstimo Ponte A	TJLP + 3,58% a.a.	Março de 2011	452	61.181
BNDES - empréstimo Ponte B	TJLP + 2,8% a.a.	Março de 2011	280	33.347
FINAME - Banco Santander S.A	TJLP + 3,9% a.a.	Junho de 2012	604	1.781
FINAME - Banco Votorantim S.A.	TJLP + 2,6% a.a.	Agosto de 2013	84	221

FINAME - Banco Votorantim S.A.	TJLP + 2,6% a.a.	Setembro de 2013	52	140
FINAME - Banco Votorantim S.A.	TJLP + 2,6% a.a.	Outubro de 2013	<u>30</u>	<u>82</u>
Total Planalto Sul			1.502	96.752
Fluminense:				
Banco Votorantim (BNDES)	TJLP + 2,6% a.a.	Agosto de 2013	-	214
Banco Votorantim (BNDES)	TJLP + 2,6% a.a.	Setembro de 2013	-	1.774
Banco Santander S.A. (BNDES)	TJLP + 3,58% a.a.	Março de 2011	-	26.310
Banco Santander S.A. (BNDES)	TJLP + 2,8% a.a.	Março de 2011	-	100.818
Encargos financeiros antecipados			<u>1.885</u>	<u>-</u>
Total Fluminense			1.885	129.116
Fernão Dias:				
Banco Itaú - FINAME	TJLP + 2,6% a.a.	Agosto de 2013	506	1.323
Banco Votorantim - FINAME	TJLP + 2,6% a.a.	Outubro de 2013	1.370	3.690
BNDES	TJLP + 3,58% a.a.	Janeiro de 2011	703	176.905
Encargos financeiros antecipados			<u>-403</u>	<u>-32</u>
Total Fernão Dias			2.176	181.886
Régis Bittencourt:				
Banco Votorantim - FINAME	TJLP + 2,6% a.a.	Fevereiro de 2014	1.133	3.123
BNDES	TJLP + 3,58% a.a.	Janeiro de 2011	780	191.261
BNDES	TJLP + 2,8% a.a.	Janeiro de 2011	-	89
BNDES	TJLP + 2,8% a.a.	Janeiro de 2011	-	178
BNDES	TJLP + 2,8% a.a.	Janeiro de 2011	127	46.748
Encargos financeiros antecipados			<u>-553</u>	<u>-</u>
Total Régis Bittencourt			1.487	241.399
Litoral Sul:				
Banco Votorantim - FINAME	TJLP + 2,6% a.a.	Agosto de 2013	202	552
Banco Santander - FINAME	TJLP + 6% a.a.	Abril de 2012	1.877	3.538
BNDES	TJLP + 3,58% a.a.	Janeiro de 2011	<u>216</u>	<u>146.404</u>
Total Litoral Sul			2.295	150.494
Latina Sinalização:				
Banco Itaú - FINAME	11,5% a.a.	Janeiro de 2012	154	78
Banco Unibanco - FINAME	7,75% a.a.	Maior de 2013	379	979
Banco Itaú - "leasing"	CDI	Abril de 2011	122	39
Banco Dibens - "leasing"	CDI	Junho de 2011	<u>501</u>	<u>250</u>
Total Latina Sinalização			1.156	1.346
Total			<u>946.883</u>	<u>847.050</u>

Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2008

<u>Empresas/Instituições credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Autovias:				
BNDES	TJLP + 5% a.a.	Abril de 2011	1.293	1.705
Banco Itaú BBA	CDI + 2,3% a.a.	Junho de 2009	2.609	-
Unibanco (BNDES)	TJLP + 3,95% a.a.	Maior de 2012	1.773	4.224
Banco Fibra	101,8% do CDI	Junho de 2009	25.217	-
Banco Votorantim (BNDES)	TJLP + 3,3% a.a.	Setembro de 2012	676	1.832
Banco Itaú BBA (BNDES)	TJLP + 3,45% a.a.	Junho de 2012	330	815
Banco Votorantim FINAME (BNDES)	TJLP + 3,3% a.a.	Fevereiro de 2013	40	144
Unibanco	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	572	15.500
Banco Itaú BBA	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	573	15.500
Banco Bradesco	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	741	15.500
Banco Citibank	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	573	15.500
Banco Votorantim	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	296	8.000
Banco Santander - CCB	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro de 2010	2.117	57.478
Banco Bradesco - CCB	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro de 2010	2.117	57.478
Banco do Brasil - CCB	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro de 2010	2.578	69.973
Banco Dibens - "leasing"	100% CDI	Janeiro de 2009	9	-
Banco Dibens - "leasing"	100% CDI	Novembro de 2009	89	-
Banco Dibens - "leasing"	100% CDI	Fevereiro de 2011	<u>63</u>	<u>74</u>
Total Autovias			41.666	263.723
Centrovias:				
BNDES - automático Itaú	TJLP + 3,95% a.a.	Junho de 2012	1.664	4.234
BNDES - automático Unibanco	TJLP + 3,3% a.a.	Outubro de 2012	835	2.366

Banco Bradesco - CCB	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro de 2010	5.538	90.000
Banco Santander - CCB	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro de 2010	5.538	90.000
Banco do Brasil - CCB	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro de 2010	4.305	70.000
Encargos antecipados			<u>-4.093</u>	<u>-136</u>
Total Centrovias			13.787	256.464
Intervias:				
Unibanco	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	891	24.500
Banco Itaú BBA	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	891	24.500
Banco Bradesco	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	891	24.500
Banco Citibank	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	891	24.500
Banco Votorantim	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	436	12.000
Banco Itaú - "sale leaseback"	CDI Over CETIP	Junho de 2010	3.065	1.533
Banco Bradesco - CCB	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro de 2010	3.768	77.500
Banco Santander - CCB	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro de 2010	3.768	77.500
Banco do Brasil - CCB	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro de 2010	3.888	80.000
Outros	CDI + 2% a.a.	Maio de 2011	55	-
Encargos antecipados			<u>-4.223</u>	<u>-93</u>
Total Intervias			14.321	346.440
Vianorte:				
BNDES	TJLP + 4,5% a 7,5% a.a.	Agosto de 2013	24.791	53.063
Banco ABC - FINAME	TJLP + 6,3% a.a.	Julho de 2010	483	282
Unibanco - "Prosoft"	TJLP + 2,18% a.a.	Abril de 2010	526	167
Unibanco - FINAME	TJLP + 3,48% a.a.	Abril de 2012	393	917
Banco Bradesco - capital de giro	CDI + 1,5% a.a.	Fevereiro de 2009	3.367	-
Banco Votorantim - FINAME	TJLP + 3,3% a.a.	Fevereiro de 2013	65	248
Banespa - "leasing"	1,52% a 1,87% a.m.	Abril de 2009	123	-
Banco Dibens - "leasing"	CDI + 1,82% a.a.	Fevereiro de 2010	161	121
Total Vianorte			29.909	54.798
Planalto Sul:				
FINAME - Banco Votorantim S.A.	TJLP + 2,6% a.a.	Agosto de 2013	81	392
Total Planalto Sul			81	392
Fluminense:				
Banco Votorantim (BNDES)	TJLP + 2,6% a.a.	Agosto de 2013	19	81
Banco Votorantim (BNDES)	TJLP + 2,6% a.a.	Setembro de 2013	163	2018
Total Fluminense			182	2.099
Fernão Dias:				
Banco Itaú - FINAME	TJLP + 2,6% a.a.	Agosto de 2013	180	1.820
Banco Votorantim - FINAME	TJLP + 2,6% a.a.	Outubro de 2013	323	3885
Total Fernão Dias			503	5.705
Régis Bittencourt:				
Banco Votorantim - FINAME	TJLP + 2,6% a.a.	Fevereiro de 2014	234	3.018
Total Régis Bittencourt			234	3.018
Litoral Sul:				
Banco Votorantim - FINAME	TJLP + 2,6% a.a.	Agosto de 2013	16	54
Total Litoral Sul			16	54
Latina Manutenção:				
Banco Itaú - FINAME	11,5% a.a.	Janeiro de 2012	150	215
Banco Unibanco - FINAME	7,75% a.a.	Maio de 2013	245	1.351
Banco Itaú - "leasing"	CDI	Abril de 2011	104	139
Banco Dibens - "leasing"	CDI	Junho de 2011	448	672
Total Latina Manutenção			947	2.377
Total			<u>101.646</u>	<u>935.070</u>

Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2007

<u>Empresas/Instituições credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Autovias:				
BNDES - "project finance"	TJLP + 5% a.a.	Novembro de 2010	10.697	20.262
BNDES	TJLP + 5% a.a.	Abril de 2011	1.293	2.976

Unibanco (BNDES)	TJLP + 3,95% a.a.	Maio de 2012	1.100	5.958
Caixa Econômica Federal	TJLP + 6% a.a.	Novembro de 2010	10.708	20.261
Banco Itaú BBA	CDI + 2,3% a.a.	Junho de 2009	1.613	2.600
Banco Fibra	101,8% do CDI	Junho de 2009	22.420	-
Banco Votorantim (BNDES)	TJLP + 3,3% a.a.	Setembro de 2012	175	2.492
Banco Itaú BBA (BNDES)	TJLP + 3,45% a.a.	Junho de 2012	59	1.247
Unibanco	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	462	15.500
Banco Itaú BBA	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	462	15.500
Banco Bradesco	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	462	15.500
Banco Citibank	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	462	15.500
Banco Votorantim	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	239	8.000
Banco Dibens - "leasing"	100% CDI	Janeiro de 2009	96	8
Banco Dibens - "leasing"	100% CDI	Novembro de 2009	<u>97</u>	<u>88</u>
Total Autovias			50.345	125.892
Centrovias:				
BNDES - automático Itaú	TJLP + 3,95% a.a.	Junho de 2012	662	4.181
BNDES - automático Unibanco	TJLP + 3,30% a.a.	Outubro de 2012	40	1.320
BNDES - "project finance"	TJLP + 5% a.a.	Agosto de 2010	<u>21843</u>	<u>36014</u>
Total Centrovias			22.545	41.515
Intervias:				
	TJLP + UMBNDES + 5% a.a.			
BNDES		Julho de 2011	16.852	40.366
Unibanco	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	731	24.500
Banco Itaú BBA	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	731	24.500
Banco Bradesco	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	731	24.500
Banco Citibank	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	731	24.500
Banco Votorantim	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	356	12.000
Banco Itaú - "sale leaseback"	CDI Over CETIP	Junho de 2010	2.732	4.098
Outros	CDI + 2% a.a.	Maio de 2011	<u>83</u>	-
Total Intervias			22.947	154.464
Vianorte:				
BNDES	TJLP + 4,5% a 7,5% a.a.	Agosto de 2013	17.222	73.484
Banco Safra - FINAME	TJLP + 4,9% a.a.	Março de 2008	229	-
Banco ABC - FINAME	TJLP + 6,3% a.a.	Julho de 2010	485	759
Banco ABC - conta garantida	TJLP + 0,35% a.m.	Fevereiro de 2007	3.369	-
Unibanco - "Prosoft"	TJLP + 2,18% a.a.	Abril de 2010	364	622
Banco Fibra - "compror"	CDI + 0,37% a.m.	Outubro de 2008	425	-
Unibanco - FINAME	TJLP + 3,48% a.a.	Abril de 2012	233	1.042
Banespa - "leasing"	1,52% a 1,87% a.m.	Abril de 2009	492	123
Banco Itaú - "leasing"	1,53% a 1,66% a.m.	Junho de 2008	128	-
Banco Bradesco - "leasing"	1,66% a.m.	Janeiro de 2008	28	-
Banco Dibens - "leasing"	CDI + 1,82% a.a.	Fevereiro de 2010	<u>155</u>	<u>280</u>
Total Vianorte			23.130	76.310
Latina:				
Banco Itaú BBA - FINAME	11,5% a.a.	Janeiro de 2012	138	345
Banco Itaú - "leasing"	CDI	Abril de 2011	<u>99</u>	<u>129</u>
Total Latina Manutenção			237	474
Total			<u>119.204</u>	<u>398.655</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.
CDI - Certificado de Depósito Interbancário.
CCB - Cédulas de crédito bancário.
N.P. - Notas Promissórias.

Para informações adicionais sobre os compromissos financeiros assumidos pela Companhia até 31 de dezembro de 2009, ver a nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Os contratos de financiamento celebrados pela Companhia, não contêm restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.

Contratos Financeiros Relevantes

Segue abaixo, uma breve descrição dos contratos financeiros considerados relevantes pela Companhia:

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia mantém empréstimos e financiamentos com instituições financeiras brasileiras no montante total de R\$1.793,9 milhões.

Notas Promissórias

Em 30 de novembro de 2009, as concessionárias Autovias, Centrovias e Intervias emitiram 140 notas promissórias no valor individual de R\$ 5 milhões, perfazendo o montante total de R\$ 700 milhões, com a coordenação do Banco Itaú, Banco BTG-Pactual e Banco Bradesco (Mandatário), com a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro e vigência até abril de 2010. As notas promissórias estão garantidas por aval dos acionistas da Companhia e sobre elas encargos calculados pela Taxa DI + 0.95% ao ano. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo total das notas promissórias é no montante de R\$705,1 milhões.

CCB's

Em 27 de setembro de 2007 as concessionárias Autovias e Intervias celebraram contrato de financiamento por meio de CCBs (Cédulas de Crédito Bancários) com recursos repassados pelos bancos Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Citibank e Votorantim no montante total de R\$180 milhões para pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. e vigência até 29 de novembro de 2009. Sobre esse financiamento incidem juros de CDI + 1,0% a.a. com garantia de aval da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo era de R\$184,6 milhões.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Vianorte)

Em 31 de dezembro de 2009, a concessionária mantinha empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$53,1 milhões, com vencimento previsto para 15 de agosto de 2013, sendo que R\$23,7 milhões alocados no curto prazo e R\$29,4 milhões no longo prazo. Os custos destes empréstimos variam de TJLP +4,5%aa a TJLP +7,5%a.a.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Empréstimo Ponte

Em Junho e Agosto de 2009 as concessionárias federais: Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul, celebraram contratos de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$1,0 bilhão, referente a linha de empréstimo ponte, para financiamento das obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração das rodovias operadas pelas respectivas concessionárias. O prazo destes contratos é de 18 meses. Sobre o financiamento incidem juros equivalentes a TJLP + 3,58%a.a. com aval da Companhia ou TJLP + 2,80%a.a. acrescido do custo da fiança bancária. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo era de R\$785,8 milhões.

Covenants Financeiros

A seguir apresentamos os covenants financeiros existentes para a demonstrações consolidadas da Companhia:

Concessionárias Federais (Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Regis Bittencourt e Litoral Sul)

A Companhia, qualificada como avalista dos empréstimos Ponte das concessionárias federais junto ao BNDES, entre outras obrigações, obriga-se a:

Manter, durante a vigência deste Contrato, os seguintes índices apurados trimestralmente em balanço/balancete consolidado auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários:

(i) Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado ≤ 5 (cinco), onde:

o Dívida Líquida = Dívida Bruta – Caixa, bancos e aplicações financeiras;

o Dívida Bruta = todas as obrigações a pagar pela Interviente OHL de curto e longo prazo relacionadas aos Financiamentos e Dívidas Financeiras;

o EBITDA Ajustado = resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização subtraído do valor do ônus fixo devido pela outorga das Concessões Estaduais e efetivamente pago. O EBITDA deve ser calculado considerando os últimos 12 (doze) meses;

(ii) Patrimônio Líquido/ Ativo Total $\geq 20\%$ (vinte por cento);

Tendo em vista as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/09, os covenats financeiros acima estavam em 2,16x e 28%, respectivamente.

A seguir apresentamos os covenants financeiros existentes nas subsidiárias:

Autovias, Centrovias e Intervias

As concessionárias possuem contratos financeiros que requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”, em conformidade com a seguinte fórmula:

(i) Dívida Líquida/ EBITDA – menor ou igual a 3,5x.

Nas quais:

Dívida Líquida: significa a soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as Debêntures, saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Companhia seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas Demonstrações Financeiras, classificadas no passivo circulante e exigível a longo prazo da Companhia deduzidas as disponibilidades. Para os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Companhia, considerar-se-ão como dívida (não serão considerados como dívidas os passivos relacionados a credores pela Concessão).

EBITDA: significa lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Em 31 de dezembro de 2009, a apuração desses índices financeiros da Companhia foi satisfatória, tendo em vista que a relação Dívida Líquida/EBITDA apurada neste período foi de 1,8x na Autovias, 1,3x na Centrovias e 2x na Intervias:

Vianorte

A Vianorte possui contratos financeiros que requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”, em conformidade com as fórmulas a seguir:

- (i) $(\text{Passivo Total} + \text{Patrimônio Líquido} - \text{Direito de Outorga Fixo Pago}) / \text{Patrimônio Líquido}$ – manter uma relação mínima de 30,0%, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 esse índice representava 56,2%.
- (ii) $\text{ICSD} - (\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}) / \text{Dívida de Curto Prazo}$, maior ou igual a 1,2x no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 esse índice representava 4,5x.

Direito de Outorga Fixo Pago: significa a soma dos pagamentos dos últimos 12 meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, conforme indicado nas Demonstrações Financeiras auditadas.

Disponibilidade: significa os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante;

Dívida de curto prazo: significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as Debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Companhia seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas Demonstrações Financeiras, classificadas no passivo circulante da Companhia. Para os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Companhia, considerar-se-ão como dívida de curto prazo as coobrigações vincendas nos 12 meses subsequentes ao período de apuração do índice de cobertura do serviço de dívida. A Companhia não considera os passivos relacionados a credores pela Concessão.

Dívida Líquida: significa a soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as Debêntures, saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Companhia seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas Demonstrações Financeiras, classificadas no passivo circulante e exigível a longo prazo da Companhia deduzidas as disponibilidades. Para os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Companhia, considerar-se-ão como dívida (não serão considerados como dívidas os passivos relacionados a credores pela Concessão).

EBITDA: significa lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

FCAO: significa o Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais conforme indicado nas Demonstrações Financeiras dos últimos 12 meses.

ICSD: significa Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = Disponibilidade + FCAO / Dívida de Curto Prazo.

Cronograma de Amortização

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía um cronograma de amortização de suas dívidas satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de um ano, conforme demonstrado na tabela abaixo:

2010	2011	2012	2013	2014
<i>(em R\$ milhares)</i>				
R\$946.883	R\$812.218	R\$23.058	R\$11.770	R\$4

Custo Médio da Dívida

O custo médio da dívida da Companhia tem sofrido aumentos ao longo dos anos, tendo sido de 10,4%, 14,3% e 14,6% nos exercícios sociais encerrados em 2007, 2008 e 2009, em decorrência de amortizações de financiamento Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com taxas de juros referenciadas em Taxa de Juros de Longo Prazo, mais baratas e novas captações referenciadas em CDI, com taxas de juros mais caras e atreladas a Selic.

Capacidade de Pagamento

Por meio de uma análise dos números do ativo circulante e do passivo circulante, a Companhia acredita que possui condições de obter e gerar recursos para honrar as obrigações de curto e médio prazo hoje existentes, bem como para aumentar o endividamento. A geração de caixa da Companhia confere margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de financiamento já contratados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A Companhia elabora e apresenta as Demonstrações Financeiras em Reais. As informações financeiras constantes deste Formulário foram extraídas das Demonstrações Financeiras, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado relativas aos exercícios encerrados naquelas datas, elaboradas pela Companhia de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (conversão, em lei, da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008).

Essas Demonstrações Financeiras foram auditadas pelos Auditores Independentes da Companhia de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 inclui parágrafo de ênfase sobre o fato de que, conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras, em decorrência das mudanças nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil durante o ano de 2008, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas conforme previsto nas Normas e Procedimentos de Contabilidade – NPC nº 12 – “Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Correção de Erros”.

Na elaboração de demonstrações financeiras, é necessária a utilização de estimativas contábeis, que são baseadas em fatores objetivos e subjetivos para contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas. As Demonstrações Financeiras contêm, portanto, estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos às estimativas e premissas da Companhia incluem a vida útil e o valor residual dos bens de seu ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, avaliação sobre recuperação de ativo intangível, e realização do imposto de renda diferido. Apesar de a Companhia revisar periodicamente as estimativas contábeis utilizadas na elaboração de suas Demonstrações Financeiras, os resultados reais podem apresentar valores divergentes em relação aos de suas estimativas, tendo em vista as incertezas que lhe são inerentes.

Em adição, as informações financeiras da Companhia constantes deste Formulário devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas.

ARREDONDAMENTOS

Alguns dos valores constantes deste Formulário foram submetidos a ajustes e arredondamentos. Conseqüentemente, totalizações numéricas incluídas em algumas tabelas podem não representar exatamente a soma aritmética dos valores que as precedem.

INFORMAÇÕES DE MERCADO

A Companhia faz declarações neste Formulário sobre estimativas de mercado, sua situação em relação a outros participantes do setor de concessão de rodovias e sua participação neste setor. Essas declarações são realizadas com base em informações obtidas junto a fontes que a Companhia considera ser confiáveis, tais como Banco Central do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, entre outras. A menos que indicado de outra forma, todas as informações macroeconômicas foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Fundação Getúlio Vargas. A Companhia não tem motivos para acreditar que tais informações não sejam corretas em seus aspectos relevantes, razão pela qual a Companhia não as verificaram de forma independente.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 COMPARADO COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

	<u>Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de</u>				<u>a.h.</u>
	<u>2009</u>	<u>a.v.</u>	<u>2008</u>	<u>a.v.</u>	<u>09/08</u>
	<u>(em milhares de reais, exceto porcentagem e lucro por ação)</u>				
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS					
Serviços prestados	1.301.777	109,5 %	793.973	109,5 %	64,0 %
Deduções dos serviços prestados	(112.768)	(9,5)%	(68.991)	(9,5)%	63,5 %
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	1.189.009	100,0 %	724.982	100,0 %	64,0 %
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(643.577)	(54,1)%	(331.714)	(45,8)%	94,0 %
OUTRAS RECEITAS	-	0,0%	-	0,0%	n.r.
LUCRO BRUTO	545.432	45,9 %	393.268	54,2 %	38,7 %
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(104.947)	(8,8)%	(63.994)	(8,8)%	64,0 %
Remuneração da Administração	(9.639)	(0,8)%	(7.812)	(1,1)%	23,4 %
Tributárias	(5.775)	(0,5)%	(2.772)	(0,4)%	108,3 %
Amortização do ágio em investimentos	(8.133)	(0,7)%	(9.419)	(1,3)%	(13,7)%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.419	0,3 %	2.684	0,4 %	27,4 %
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>420.357</u>	35,4 %	<u>311.955</u>	43,0 %	34,7 %
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	32.996	2,8 %	28.832	4,0 %	14,4 %
Despesas financeiras	(188.780)	(15,9)%	(173.043)	(23,9)%	9,1 %
Variação cambial, líquida	<u>199</u>	0,0 %	<u>(186)</u>	(0,0)%	(207,0)%
	(155.585)	(13,1)%	(144.397)	(19,9)%	7,7 %
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	264.772	22,3 %	167.558	23,1 %	58,0 %
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	(97.430)	(8,2)%	(53.300)	(7,4)%	82,8 %

Diferidos	8.936	0,8 %	(8.820)	(1,2)%	(201,3)%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>176.278</u>	14,8 %	<u>105.438</u>	14,5 %	67,2 %
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO					
COMPONENTE DO CAPITAL SOCIAL					
NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$	2,56		1,53		

Receita Operacional Bruta

A Receita Bruta de Serviços aumentou 64,0%, passando de R\$794,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para R\$1.301,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2009		2008		Var.%
	<i>(em milhares de reais)</i>				
	R\$	%	R\$	%	
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS					
Receita de pedágio	1.292.113	99,3%	785.514	98,9%	64,5%
Outras receitas operacionais	<u>9.664</u>	<u>0,7%</u>	<u>8.459</u>	<u>1,1%</u>	<u>14,2%</u>
Total	1.301.777	100,0%	793.973	100,0%	64,0%

Um dos componentes da receita bruta de serviços é a receita de pedágio, que aumentou 64,5%, passando de R\$785,5 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para R\$1.292,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação resultou de:

- Aumento de 7,7% no preço médio da tarifa de pedágio por quilômetro nas concessionárias estaduais, derivada do reajuste contratual de 3,64% em 1º de julho de 2009, correspondente à variação do IGP-M no período de 1º de junho de 2008 a 31 de maio de 2009 e do reajuste contratual de 11,53% em 1º de julho de 2008, correspondente à variação do IGP-M no período de 1º de junho de 2007 a 31 de maio de 2008.
- Início de operação em 23 praças de pedágio das concessionárias federais ao longo de 2009, apresentando um tráfego pedagiado de 446,5 milhões de veículos equivalentes nessas concessionárias, com uma tarifa média de R\$1,48 resultando uma receita de pedágio de R\$451,6 milhões nessas concessionárias;
- Redução de 0,6% no tráfego pedagiado do período das concessionárias estaduais, que passou de 141,1 milhões para 140,4 milhões de veículos equivalentes.

Outro componente da receita bruta de serviços são outras receitas operacionais que aumentaram 14,2%, passando de R\$8,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para R\$9,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação resultou do reajuste dos contratos de “arrendamento” da faixa de domínio.

Custos dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados aumentou 94,0%, passando de R\$331,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para R\$643,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

A tabela abaixo apresenta um detalhamento dos custos dos serviços prestados e as respectivas variações entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008:

Exercício encerrado em
31 de dezembro de

	2009		2008		Var.%
	(em milhares de reais)				
	R\$	%	R\$	%	
Pessoal	(77.923)	12,1%	(35.700)	10,8%	118,3%
Serviços Terceirizados, Conserva de Rotina e Outros	(301.103)	46,8%	(82.639)	24,9%	264,4%
Depreciação	(211.272)	32,8%	(161.832)	48,8%	30,6%
Amortização Ônus Fixo	(26.987)	4,2%	(26.988)	8,1%	0,0%
Ônus variável (3%)	(26.292)	4,1%	(24.555)	7,4%	7,1%
Total	(643.577)	100,0%	(331.714)	100,0%	94,0%

Este aumento de R\$311,9 milhões (+94,0%) deveu-se aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$42,2 milhões ou 118,3% no custo com pessoal resultado basicamente do aumento do quadro de pessoal em função do início de operação das concessionárias federais e do dissídio coletivo de 4,0% ocorrido em março de 2008;
- Aumento de R\$218,5 milhões com custos e despesas de serviços profissionais, de serviços de terceiros e principalmente de conserva de rotina nas concessionárias federais que compreendem serviços como: manutenção do pavimento e da sinalização horizontal e vertical das rodovias, cortes de capina, manutenção de cercas e limpeza de defensas metálicas;
- Aumento de R\$49,4 milhões nos custos de depreciação e amortização resultou do início da amortização de despesas pré-operacionais de 2008 das concessionárias federais e da finalização de investimentos e conseqüente início de depreciação de diversas obras executadas ao longo de 2009, principalmente nas concessionárias federais;
- Aumento de R\$1,7 milhão em gastos com ônus variável em função do crescimento da receita do período, basicamente em função do aumento do preço médio das tarifas de pedágio e do volume de tráfego pedagiado em nossas concessionárias estaduais.

Despesas Operacionais

Despesas Administrativas

As despesas administrativas aumentaram 64,0%, passando de R\$64,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para R\$104,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

A tabela abaixo apresenta um detalhamento das despesas administrativas, bem como as respectivas variações entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008.

	Exercício encerrado em				
	31 de dezembro de				
	2009		2008		Var.%
(em milhares de reais)					
R\$	%	R\$	%		
Pessoal	(37.385)	35,6%	(19.624)	30,7%	90,5 %
Serviços Terceirizados	(18.573)	17,7%	(10.286)	16,1%	80,6 %
Depreciação e Amortização	(10.221)	9,7%	(13.669)	21,4%	(25,2)%
Outras	(38.768)	36,9%	(20.415)	31,9%	89,9 %
Total	(104.947)	100,0%	(63.994)	100,0%	64,0 %

Em relação ao ano de 2008, as despesas administrativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 registraram um acréscimo de R\$40,9 milhões resultante de:

- Aumento de R\$17,8 milhões ou 90,5% na despesa com pessoal resultado basicamente do aumento do quadro de pessoal em função do início de operação das concessionárias federais e do dissídio coletivo de 4,0% ocorrido em março de 2008;
- Aumento de R\$ 8,3 milhões ou 80,6% nos serviços terceirizados em função de reajuste dos contratos e da adequação da escala de trabalho, para atendimento da mudança na legislação trabalhista, e do início de operação das concessionárias federais;
- Redução de R\$ 3,4 milhões ou 25,2% nas despesas com depreciação e amortização por conta da alteração do prazo para amortização do ágio nas concessionárias estaduais, de modo a atender às novas regras contábeis, que alterou o prazo de 60 meses para o tempo restante da Concessão.
- Aumento de R\$ 18,4 milhões ou 89,9% em outras despesas basicamente devido ao início de contabilização das despesas nas concessionárias federais.

Remuneração da Administração

A remuneração da administração aumentou 23,4%, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, refletindo o dissídio salarial de 4% aplicado em março de 2009 somado ao aumento de pessoal na administração, basicamente em função da operação das concessionárias federais.

Despesas Tributárias

As despesas tributárias apresentaram aumento de 108,3%, passando de R\$2,8 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para R\$5,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação deveu-se basicamente em função parcelamento de débitos PIS/COFINS, na concessionária Vianorte.

Outra Receitas Operacionais Líquidas

As outras receitas operacionais líquidas aumentaram em 27,4%, passando de R\$2,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para R\$3,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação resultou da redução de ganhos na venda de imobilizado e de sinistros ocorridos.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro teve uma variação de 7,7%, passando de um resultado negativo de R\$144,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para um resultado negativo de R\$155,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

A tabela abaixo indica a composição do resultado das receitas e despesas financeiras da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008:

Exercício encerrado em		
31 de dezembro de		
2009	2008	Var.%
<i>(em milhares de reais)</i>		

Receitas Financeiras	32.996	28.832	14,4 %
Despesas Financeiras	(188.780)	(173.043)	9,1 %
BNDES/CEF	(35.949)	(21.078)	70,6 %
Outras Despesas Financeiras	(140.067)	(95.744)	46,3 %
Atualização Monetária (inclui Ajuste ao Valor Presente)	(12.764)	(56.221)	(77,3)%
Varição cambial, líquida	199	(186)	n.r.
Total	(155.585)	(144.397)	7,7 %

A variação de R\$11,2 milhões (+7,7%) no resultado financeiro líquido da Companhia deve-se aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$4,1 milhões nas receitas financeiras consolidadas, resultante do aumento do saldo de caixa do período e das taxas de remuneração das aplicações financeiras;
- Aumento de R\$14,8 milhões em despesas financeiras com o BNDES devido ao empréstimo-ponte concedido às concessionárias federais;
- Aumento de R\$44,3 milhões em “Outras Despesas Financeiras”, em virtude, principalmente, de despesas com juros e comissões referentes a emissão de notas promissórias pelas concessionárias federais no valor de R\$400,0 milhões, que foram pagas entre Junho e Agosto de 2009;
- Redução de R\$43,5 milhões na despesa com “Atualização Monetária do Ônus Fixo” devido variação negativa do IGP-M em 2009 (-1,7%), enquanto em 2008 o IGP-M apresentou uma variação de 9,8%; e
- Aumento de R\$ 385,0 mil nas despesas com variação cambial.

Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente

O imposto de renda e contribuição social – corrente devido pela Companhia aumentou 82,8%, passando de R\$53,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para R\$97,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação resultou do crescimento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.

Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido

O imposto de renda e contribuição social – diferido devido pela Companhia variou em R\$ 17,8 milhões, passando de um valor negativo de R\$8,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para um valor positivo de R\$8,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação é resultado do prejuízo fiscal apresentado nas concessionárias federais.

Lucro Líquido

Como resultado dos fatores indicados acima, o lucro líquido da Companhia aumentou de R\$105,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para R\$176,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Lucro Líquido por Ação

Como resultado dos fatores indicados acima, o lucro líquido por ação aumentou de R\$1,53 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para R\$2,56 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

OUTRAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

EBITDA

O EBITDA aumentou em 29,2%, passando de R\$523,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, para R\$677,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Referido aumento foi reflexo principalmente dos fatores discutidos acima.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação líquida do lucro líquido com o EBITDA, para os períodos indicados:

	Exercício encerrado em		
	31 de dezembro de		
	2009	2008	Var.%
Lucro Líquido	176.278	105.438	67,2 %
(+) IR e CS - Corrente	97.430	53.300	82,8 %
(+) IR e CS - Diferido	(8.936)	8.820	(201,3)%
(+) Resultado Financeiro	155.585	144.397	7,7 %
(+) Depreciação e Amortização	256.613	211.908	21,1 %
EBITDA	676.970	523.863	29,2%
Margem EBITDA	56,9%	72,3%	

O EBITDA não é uma medida reconhecida de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* promulgadas pelo *International Accounting Standard Board*) ou Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras companhias. O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Nos negócios da Companhia, o EBITDA é utilizado como medida do desempenho operacional da Companhia.

A margem de EBITDA sofreu redução de 72,3% para 56,9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Outorga Fixa

A Companhia pagou ao Poder Concedente R\$53,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e R\$49,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. O aumento da outorga fixa de 7,4% reflete a variação média dos reajustes contratuais de 3,64% em 1º de julho de 2009, correspondente à variação do IGP-M no período de 1º de junho de 2008 a 31 de maio de 2009 e de 11,53% em 1º de julho de 2008 correspondente à variação do IGP-M no período de 1º de junho de 2007 a 31 de maio de 2008.

Exercício encerrado em		
31 de dezembro de		
2009	2008	Var.%
(53.427)	(49.759)	7,4%

(em milhares de reais)

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 COMPARADO COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de			
2008	a.v.	2007	a.v. a.h.

08/07					
(em milhares de reais, exceto porcentagem e lucro por ação)					
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS					
Serviços prestados	793.973	109,5 %	674.989	109,6 %	17,6 %
Deduções dos serviços prestados	(68.991)	(9,5)%	(59.176)	(9,6)%	16,6 %
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	724.982	100,0 %	615.813	100,0 %	17,7 %
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(331.714)	(45,8)%	(309.657)	(50,3)%	7,1 %
OUTRAS RECEITAS	-	0,0%	85	0,0%	(100,0)%
LUCRO BRUTO	393.268	54,2 %	306.241	49,7 %	28,4 %
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(63.994)	(8,8)%	(57.996)	(9,4)%	10,3 %
Remuneração da Administração	(7.812)	(1,1)%	(5.090)	(0,8)%	53,5 %
Tributárias	(2.772)	(0,4)%	(5.563)	(0,9)%	(50,2)%
Amortização do ágio em investimentos	(9.419)	(1,3)%	(9.419)	(1,5)%	0,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	2.684	0,4 %	2.401	0,4 %	11,8 %
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	311.955	43,0 %	230.574	37,4 %	35,3 %
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	28.832	4,0 %	11.895	1,9 %	142,4 %
Despesas financeiras	(173.043)	(23,9)%	(120.701)	(19,6)%	43,4 %
Variação cambial, líquida	(186)	(0,0)%	(66)	(0,0)%	181,8 %
	(144.397)	(19,9)%	(108.872)	(17,7)%	32,6 %
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	167.558	23,1 %	121.702	19,8 %	37,7 %
Correntes	(53.300)	(7,4)%	(44.163)	(7,2)%	20,7 %
Diferidos	(8.820)	(1,2)%	(3.279)	(0,5)%	169,0 %
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	105.438	14,5 %	74.260	12,1 %	42,0 %
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO					
COMPONENTE DO CAPITAL SOCIAL					
NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$	1,53		1,08		

Receita Bruta de Serviços

A Receita Bruta de Serviços aumentou 17,6%, passando de R\$675,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R\$794,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2008		2007		Var.%
	(em milhares de reais)				
R\$	%	R\$	%		
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS					
Receita de pedágio	785.514	98,9%	667.329	98,9%	17,7%
Outras receitas operacionais	8.459	1,1%	7.660	1,1%	10,4%
Total	793.973	100,0%	674.989	100,0%	17,6%

Um dos componentes da receita bruta de serviços é a receita de pedágio, que no período aumentou 17,7%, passando de R\$667,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R\$785,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Esta variação é resultado do:

- Aumento de 5,5% no preço médio da tarifa de pedágio por quilômetro nas concessionárias estaduais, derivada do reajuste contratual de 11,54% em 1º de julho de 2008 correspondente à variação do IGP-M no período de 1º de junho de 2007 a 31 de maio de 2008, do reajuste contratual de 4,4% em 1º de julho de 2007 correspondente à variação do IGP-M no período de 1º de junho de 2006 a 31 de maio de 2007. Com relação ao reajuste tarifário vale destacar o crescimento de 12,8% na tarifa média da concessionária Centrovias em relação ao quarto trimestre de 2007. Esse aumento acima do reajuste tarifário deu-se em virtude do término de obras de duplicação na Rodovia Engenheiro Paulo Nilo Romano, SP-225, no trecho entre Itirapina e Dois Córregos. Neste trecho há duas praças de pedágio (Praça de Dois Córregos – com cobrança em sentido único, interior/capital; e a Praça de Brotas – com cobrança também em sentido único, capital/interior) que reajustaram suas tarifas ao preço de pista dupla no dia 10 de abril (2T08), de acordo com o contrato de concessão, estabelecido pela ARTESP;
- Crescimento de 11,5% no número de veículos-equivalentes pedagiados, passando de 126,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 141,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, em consequência do: (i) crescimento da atividade econômica no país no período; e (ii) crescimento de 31,1% no volume do tráfego da concessionária Autovias, em virtude do desdobramento da Praça de São Simão no segundo semestre de 2007, que permitiu um aumento significativo no tráfego de veículos equivalentes; e
- Início de cobrança de pedágio em 5 praças de pedágio nas concessionárias federais em dezembro de 2008.

Outro componente da receita bruta de serviços são outras receitas operacionais que aumentaram 10,4%, passando de R\$7,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R\$8,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Esta variação resultou do reajuste dos contratos de “arrendamento” da faixa de domínio.

Custos dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados aumentou 7,1%, passando de R\$309,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R\$331,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

A tabela abaixo apresenta um detalhamento dos custos dos serviços prestados e as respectivas variações entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007:

	Exercício encerrado em				
	31 de dezembro de				
	2008		2007		
	(em milhares de reais)				
R\$	%	R\$	%	Var. %	
Pessoal	(35.700)	5,5%	(34.020)	10,3%	4,9%
Serviços Terceirizados, Conserva de Rotina e Outros	(82.639)	12,8%	(78.308)	23,6%	5,5%
Depreciação	(161.832)	25,1%	(149.270)	45,0%	8,4%
Amortização Ônus Fixo	(26.988)	4,2%	(27.307)	8,2%	(1,2%)
Ônus variável (3%)	(24.555)	3,8%	(20.752)	6,3%	18,3%
Total	(331.714)	100,0%	(309.657)	100,0%	7,1%

O aumento no valor de R\$22,1 milhões dos custos dos serviços prestados relacionados à operação da Companhia reflete:

- Aumento de R\$1,6 milhões ou 4,9% no custo com pessoal resulta basicamente do aumento de

custo em função do dissídio coletivo de 5,0% ocorrido em março de 2008;

- Redução de R\$3,6 milhões nos serviços terceirizados, conserva de rotina e outros relacionados, principalmente à redução de serviços de terceiros;
- Aumento de R\$12,7 milhões nos custos de depreciação resultou da finalização de investimentos e consequente início de depreciação de diversas obras executadas nas concessionárias ao longo de 2008, principalmente na concessionária Centrovias ;
- Redução de R\$ 319 mil no custo com amortização do ônus fixo em virtude da contabilização do Ônus Fixo à valor presente, visando nos adequarmos a lei nº11.638/07;
- Aumento de R\$3,8 milhões em gastos com ônus variável em função do crescimento da receita do período, basicamente em função do aumento do preço médio das tarifas de pedágio e do volume de tráfego pedagiado.

Despesas Operacionais

Despesas Administrativas

As despesas administrativas aumentaram 10,3%, passando de R\$58,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R\$64,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

A tabela abaixo apresenta um detalhamento das despesas administrativas, bem como as respectivas variações entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007:

	Exercício encerrado em				
	31 de dezembro de				
	2008		2007		Var. %
R\$	%	R\$	%		
(em milhares de reais)					
Pessoal	(19.624)	18,7%	(18.379)	28,7%	6,8 %
Serviços Terceirizados	(10.286)	9,8%	(9.516)	14,9%	8,1 %
Depreciação e Amortização	(13.669)	13,0%	(13.147)	20,5%	4,0 %
Outras	(20.415)	19,5%	(16.954)	26,5%	20,4 %
Total	(63.994)	100,0%	(57.996)	100,0%	10,3 %

O aumento de R\$6,0 milhões ou 10,3% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 é resultante de:

- Aumento de R\$1,2 milhão ou 6,8% na despesa com pessoal em razão do crescimento do quadro de empregados e do dissídio coletivo de 5,0% ocorrido em março de 2008;
- Aumento de R\$ 770 mil ou 8,1% nos serviços terceirizados em função de reajuste dos contratos e da adequação da escala de trabalho, para atendimento da mudança na legislação trabalhista;
- Aumento de R\$ 522 mil ou 4,0% nas despesas com depreciação e amortização em função de ampliações das instalações da Holding devido para estruturação das operações das concessionárias federais;
- Aumento de R\$ 3,5 milhões ou 20,4% em outras despesas basicamente devido ao ajuste na provisão para contingências em função das reclassificações de processos.

Remuneração da Administração

A remuneração da administração aumentou 53,5% passando de R\$5,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R\$7,8 milhões no exercício encerrado em 2008 esta variação se deve basicamente às Concessionárias Federais, devido à readequação de cargos e salários de funções corporativas.

Despesas Tributárias

As despesas tributárias apresentaram uma redução de 50,2%, passando de R\$5,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R\$2,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Esta variação deveu-se basicamente em função da extinção da CPMF a partir de janeiro de 2008.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro teve variação de 32,6%, passando de um resultado negativo de R\$108,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para um resultado negativo de R\$144,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

A tabela abaixo indica a composição do resultado das receitas e despesas financeiras da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007:

	Exercício encerrado em		
	31 de dezembro de		
	2008	2007	Var.%
	(em milhares de reais)		
Receitas Financeiras	28.832	11.895	142,4 %
Despesas Financeiras	(173.043)	(120.701)	43,4 %
BNDES/CEF	(21.078)	(33.345)	(36,8)%
Outras Despesas Financeiras	(95.744)	(39.429)	142,8 %
Atualização Monetária (inclui Ajuste ao Valor Presente)	(56.221)	(47.927)	17,3 %
Variação cambial, líquida	(186)	(66)	181,8 %
Total	(144.397)	(108.872)	32,6 %

Esta variação de R\$ 35,5 milhões(+32,6%) resultou de:

- Aumento de R\$16,9 milhões nas receitas financeiras consolidadas, resultante do aumento do saldo de caixa do período e das taxas de remuneração das aplicações financeiras;
- Redução de R\$12,3 milhões na conta “BNDES/CEF” devido ao pagamento antecipado em julho de 2008 de financiamentos tomados pelas concessionárias Autovias, Centrovias e Intervias;
- Aumento de R\$56,3 milhões em “Outras Despesas Financeiras” em virtude, do empréstimo de R\$670,0 milhões tomado em julho de 2008, pelas concessionárias Autovias, Centrovias e Intervias e despesas com IOF decorrentes das operações de mútuo realizadas pela Companhia;
- Crescimento de R\$8,3 milhões na despesa com “Atualização Monetária do Ônus Fixo” devido ao aumento da variação do IGP-M de 9,8% ao longo de 2008 comparado a 2007, principalmente nos dois primeiros trimestres; e
- Aumento de R\$ 120,0 mil nas despesas com variação cambial.

Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente

O imposto de renda e contribuição social – corrente devido pela Companhia aumentou 20,7%, passando de R\$44,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R\$53,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Esta variação resultou do crescimento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.

Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido

O imposto de renda e contribuição social – diferido devido pela Companhia aumentou R\$5,5 milhões, passando de R\$3,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R\$8,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Esta variação é resultado de mudanças nas práticas contábeis em razão das alterações na Lei nº 6.404/76, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08.

Lucro Líquido

Como resultado dos fatores indicados acima, o lucro líquido da Companhia aumentou 42%, passando de R\$74,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R\$105,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Lucro Líquido por Ação

Como resultado dos fatores indicados acima, o lucro líquido por ação aumentou 42,0%, passando de R\$1,08 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R\$1,53 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

OUTRAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

EBITDA

O EBITDA aumentou 21,9%, passando de R\$429,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R\$523,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação líquida do lucro líquido com o EBITDA, para os períodos indicados:

	Exercício encerrado em		
	31 de dezembro de		
	2008	2007	Var. %
Lucro Líquido	105.438	74.260	42,0 %
(+) IR e CS - Corrente	53.300	44.163	20,7 %
(+) IR e CS - Diferido	8.820	3.279	169,0 %
(+) Resultado Financeiro	144.397	108.872	32,6 %
(+) Depreciação e Amortização	211.908	199.143	6,4 %
EBITDA	523.863	429.717	21,9%
Margem EBITDA	72,3%	69,8%	

O EBITDA não é uma medida reconhecida de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* promulgadas pelo *International Accounting Standard Board*) ou Princípios contábeis

geralmente aceitos nos Estados Unidos, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras companhias. O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Nos negócios da Companhia, o EBITDA é utilizado como medida do desempenho operacional da Companhia.

A margem de EBITDA aumentou de 69,8% para 72,3% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, quando comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007. Referido aumento foi reflexo principalmente dos fatores discutidos acima.

Outorga Fixa

A Companhia pagou ao Poder Concedente R\$49,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 46,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007. O aumento da outorga fixa de 8% reflete a variação média dos reajustes contratuais de 11,53% em 1º de julho de 2008, correspondente à variação do IGP-M no período de 1º de junho de 2007 a 31 de maio de 2008 e de 4,4% em 1º de julho de 2007 correspondente à variação do IGP-M no período de 1º de junho de 2006 a 31 de maio de 2007.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
2008	2007	Var. %
(em milhares de reais)		
(49.759)	(46.057)	8,0%

CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

A situação patrimonial da Companhia manteve-se estável no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando comparado com os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, merecendo destaque somente as variações indicadas abaixo.

A análise das contas não apresentadas nesta Seção não são relevantes para o investidor compreender as condições financeiras da Companhia e seus resultados.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

	Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de				a.h. 09/08
	2009	a.v.	2008	a.v.	
	(em milhares de reais, exceto porcentagem)				
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	442.192	13,2%	116.284	4,5%	280,3 %
Contas a receber	64.141	1,9%	38.449	1,5%	66,8 %
Contas a receber - sociedades ligadas	87	0,0%	87	0,0%	0,0%
Estoques	2.279	0,1%	3.390	0,1%	(32,8)%
Despesas antecipadas	6.762	0,2%	4.771	0,2%	41,7 %
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.868	0,2%	5.222	0,2%	12,4 %
Impostos a recuperar	13.550	0,4%	11.875	0,5%	14,1 %
Adiantamentos para novos projetos	256	0,0%	247	0,0%	3,6 %
Outros créditos	<u>2.977</u>	0,1%	<u>4.957</u>	0,2%	(39,9)%
Total do ativo circulante	<u>538.112</u>	16,1%	<u>185.282</u>	7,2%	190,4 %
NÃO CIRCULANTE					

Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras restritas	5.298	0,2%	5.036	0,2%	5,2 %
Impostos a recuperar	1.699	0,1%	1.717	0,1%	(1,0)%
Despesas antecipadas	510	0,0%	-	0,0%	n.d.
Cauções contratuais	98	0,0%	-	0,0%	n.d.
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.089	0,4%	8.001	0,3%	76,1 %
Depósitos judiciais	10.660	0,3%	4.772	0,2%	123,4 %
Outras contas a receber	<u>72</u>	0,0%	<u>146</u>	0,0%	(50,7)%
Total do realizável a longo prazo	32.426	1,0%	19.672	0,8%	64,8 %
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	0,0%	1.053	0,0%	0,0%
Imobilizado	2.298.276	68,6%	1.817.522	71,0%	26,5 %
Intangível	342.077	10,2%	376.236	14,7%	(9,1)%
Diferido	<u>138.914</u>	4,1%	<u>158.507</u>	6,2%	(12,4)%
Total do ativo não circulante	2.812.746	83,9%	2.372.990	92,8%	18,5 %
TOTAL DO ATIVO	<u>3.350.858</u>	100,0%	<u>2.558.272</u>	100,0%	31,0 %

Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de

2009	a.v.	2008	a.v.	a.h. 09/08
------	------	------	------	------------

(em milhares de reais, exceto porcentagem)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	946.883	28,3%	101.646	4,0%	831,5 %
Fornecedores	55.076	1,6%	124.662	4,9%	(55,8)%
Obrigações sociais	33.358	1,0%	20.921	0,8%	59,4 %
Obrigações fiscais	48.779	1,5%	54.919	2,1%	(11,2)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.057	0,0%	4.576	0,2%	(76,9)%
Outras contas a pagar	10.958	0,3%	22.473	0,9%	(51,2)%
Provisões diversas - sociedades ligadas	895	0,0%	978	0,0%	(8,5)%
Cauções contratuais	20.411	0,6%	24.944	1,0%	(18,2)%
Dividendos propostos	41.866	1,2%	25.041	1,0%	67,2 %
Credores pela concessão	55.194	1,6%	54.533	2,1%	1,2 %
Provisão para contingências	<u>7.264</u>	0,2%	-	0,0%	n.d.
Total do passivo circulante	<u>1.221.741</u>	36,5%	<u>434.693</u>	17,0%	181,1 %

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	847.050	25,3%	935.070	36,6%	(9,4)%
Fornecedores	-	0,0%	-	0,0%	n.d.
Credores pela concessão	320.576	9,6%	361.660	14,1%	(11,4)%
Provisão para contingências	104	0,0%	3.495	0,1%	(97,0)%
Receita diferida	452	0,0%	429	0,0%	5,4 %
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.389	0,3%	9.022	0,4%	15,2 %
Outras contas a pagar	<u>2.241</u>	0,1%	<u>10</u>	0,0%	n.r.
Total do passivo não circulante	<u>1.180.812</u>	35,2%	<u>1.309.686</u>	51,2%	(9,8)%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	549.083	16,4%	549.083	21,5%	0,0%
Reservas de lucros	421.493	12,6%	287.081	11,2%	46,8 %
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital	<u>(22.271)</u>	(0,7)%	<u>(22.271)</u>	(0,9)%	0,0%
Total do patrimônio líquido	948.305	28,3%	813.893	31,8%	16,5 %

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO

<u>LÍQUIDO</u>	<u>3.350.858</u>	100,0%	<u>2.558.272</u>	100,0%	31,0 %
----------------	------------------	--------	------------------	--------	--------

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e operações compromissadas.

As aplicações financeiras eram remuneradas entre 100% e 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2009 era de R\$442,2 milhões e representava 13,2% do ativo total da Companhia, em relação a 31 de dezembro de 2008, quando o saldo de caixa e equivalentes era de R\$116,3 milhões e representava 4,5% do ativo total. O aumento de 280,3% entre 2009 e 2008 deveu-se ao aumento da geração de caixa por parte das atividades operacionais e também um aumento nas atividades de financiamento.

Contas a Receber

O saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$64,1 milhões, representando um aumento de 68,8% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2008, quando o saldo era de R\$38,4 milhões. Esse aumento deveu-se ao aumento da arrecadação durante esse mesmo período, não havendo saldos em atraso. Os valores a receber vencem em média em até 30 dias.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras Restritas

O saldo de R\$5,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 (R\$5,0 milhões em 31 de dezembro de 2008) é representado por depósitos em conta restrita a título de garantia de pagamento do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (“Project Finance”) da Vianorte. A partir de janeiro de 2001, as referidas controladas, por determinação das condições contratuais, sempre que necessário, vêm caucionando valores, até o limite de 5% de sua receita bruta mensal, limitado ao dobro do valor do último pagamento de principal acrescido dos juros.

Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de Imposto de renda e Contribuição Social diferidos era de R\$14,1 milhões, 76,1% maior que o saldo de R\$8,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esta variação se deve aos registros com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, apurado nas concessionárias federais, as quais iniciaram as operações em dezembro de 2008.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido das depreciações, estabelecidas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil-econômica dos bens, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

O imobilizado, em 31 de dezembro de 2009, era de R\$2.298,3 milhões, representando 68,6% do ativo total. Em 31 de dezembro de 2008, o total do imobilizado era de R\$ 1.817,5 milhões e representava 71,0% do ativo total de 2008 e 26,5% menor que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento do saldo de imobilizado deve-se, sobretudo à finalização de investimento realizado pelas concessionárias federais.

Intangível

No consolidado, corresponde aos ágios que foram cindidos da OHL Brasil Participações em infraestrutura Ltda. (“OHL Participações”) e incorporados nas concessionárias. Adicionalmente, o intangível é composto pelo direito de outorga da concessão que está demonstrado a valor presente à razão de 5% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo do intangível era de R\$342,1 milhões, representando 10,2% do ativo total. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R\$376,2 milhões e representava 14,7% do ativo total da companhia. A queda de 9,1% de 2009 quando comparado a 2008 se deve a amortização incorrida no período.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos

O saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$946,9 milhões, decorrentes da transferência de empréstimos e financiamentos alocados no longo prazo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Esses valores estão basicamente relacionados ao refinanciamento de CCB's que haviam sido emitidas pelas concessionárias Autovias, Centrovias e Intervias em 2008, por Notas Promissórias com vencimento em abril de 2010.

Obrigações Fiscais

No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2009, o saldo na conta de obrigações fiscais era de R\$ 48,8 milhões, representando 1,5% do passivo total, enquanto no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2008 o saldo era de R\$ 54,9 milhões, representando 2,1% do passivo total. Este decréscimo de 11,2% entre o saldo de 2009 e 2008 se deve ao fato de uma redução nas obrigações fiscais das construtoras controladas pela OHL Brasil, em virtude da redução do resultado no período.

Imposto de Renda e Contribuição social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, contabilizados na Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de Imposto de renda e Contribuição Social diferidos era de R\$1,0 milhão, contra o saldo de R\$4,6 milhões em 31 de dezembro de 2008. A redução de 76,9% se deve a apropriação no resultado dos impostos diferidos gerados através das despesas de comissões e Impostos Sobre Operações Financeiras pagas antecipadamente, retidas na liberação das cédulas de crédito bancário emitidas pelas concessionárias estaduais, captados em 2008.

Provisão para Contingências

Registrada com base na opinião da Administração da Sociedade e de suas controladas e dos seus advogados no montante das perdas prováveis em relação aos processos existentes nas datas dos balanços.

O saldo da conta de provisão para contingências em 31 de dezembro de 2009 era de R\$7,3 milhões e passou a ser classificado no passivo circulante devido ao prazo de pagamento dos referidos processos. Se comparado com o valor de R\$3,5 milhões apresentado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, ainda classificados no passivo não circulante, há um aumento de R\$3,8 milhões devido a reclassificação de processos ‘possíveis’ para ‘prováveis’.

Dividendos Propostos

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de dividendos propostos era de R\$41,9 milhões, apresentando uma variação de 67,2% em comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2008. Com

relação ao total do passivo, dividendos propostos representavam, respectivamente, 1,2% e 1,0% em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos não-circulante são compostos basicamente por dívidas tomadas pelas concessionárias federais junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com vencimento em janeiro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2009, os Empréstimos e financiamentos eram de R\$847,0 milhões, apresentando uma queda de 9,4% em relação a 31 de dezembro de 2008, devido principalmente a transferência dos valores principais para o curto prazo, e pelos desembolsos do empréstimo supracitado junto ao BNDES.

Credores pela Concessão

Refere-se ao saldo do ônus da Concessão, registrados com base nos ajustes a valor presente, o qual é composto pelos valores devidos ao DER - SP pela outorga da Concessão. Esse saldo devedor é corrigido pelo IGP-M e é amortizado mensalmente. Em 31 de dezembro de 2009, o valor era de R\$320,6 milhões, representando 9,6% do total do passivo. Em 31 de dezembro de 2008, o valor devido era de R\$361,7 milhões, representando 14,1% do total do passivo. A redução de 20,4% de 2009 quando comparado ao saldo devedor de 2008 refere-se a amortização das parcelas e a correção vinculada ao IGP-M realizado em -1,71% no ano de 2009

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, contabilizados na Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

Em 31 de dezembro de 2009 era de R\$10,4 milhões, 0,3% do total do passivo. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo era de R\$9,0 milhões, 0,4% do total do passivo. O aumento de 15,2% quando comparado 2009 com 2008, se deve as diferenças temporárias do prazo de amortização do direito da concessão, incorporado para fins contábeis e fiscais

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2009, era de R\$948,3 milhões, 16,5% maior que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, quando o mesmo era de R\$813,9 milhões. O aumento do patrimônio é em função das reservas de lucro constituídas em dezembro de 2009

PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

	2008	Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de			a.h. 08/07
		a.v.	2007	a.v.	
		(em milhares de reais, exceto porcentagem)			
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	116.284	4,5%	64.439	3,6%	80,5 %
Contas a receber	38.449	1,5%	30.366	1,7%	26,6 %
Contas a receber - sociedades ligadas	87	0,0%	87	0,0%	0,0%
Estoques	3.390	0,1%	1.479	0,1%	129,2 %
Despesas antecipadas	4.771	0,2%	3.714	0,2%	28,5 %
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.222	0,2%	5.976	0,3%	(12,6)%

Impostos a recuperar	11.875	0,5%	2.600	0,1%	356,7 %
Adiantamentos para novos projetos	247	0,0%	6.839	0,4%	(96,4)%
Outros créditos	<u>4.957</u>	0,2%	<u>2.720</u>	0,2%	82,2 %
Total do ativo circulante	<u>185.282</u>	7,2%	<u>118.220</u>	6,7%	56,7 %
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras restritas	5.036	0,2%	16.807	1,0%	(70,0)%
Impostos a recuperar	1.717	0,1%	8.290	0,5%	(79,3)%
Despesas antecipadas	-	0,0%	195	0,0%	(100,0)%
Cauções contratuais	-	0,0%	-	0,0%	n.d.
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.001	0,3%	12.627	0,7%	(36,6)%
Depósitos judiciais	4.772	0,2%	1.407	0,1%	239,2 %
Outras contas a receber	<u>146</u>	0,0%	=	0,0%	n.d.
Total do realizável a longo prazo	19.672	0,8%	39.326	2,2%	(50,0)%
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	0,0%	1.053	0,1%	0,0%
Imobilizado	1.817.522	71,0%	1.194.591	67,6%	52,1 %
Intangível	376.236	14,7%	414.068	23,4%	(9,1)%
Diferido	<u>158.507</u>	6,2%	=	0,0%	n.d.
Total do ativo não circulante	2.372.990	92,8%	1.609.712	91,1%	47,4 %
TOTAL DO ATIVO	<u>2.558.272</u>	100,0%	<u>1.767.258</u>	100,0%	44,8 %

Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de

<u>2008</u>	<u>a.v.</u>	<u>2007</u>	<u>a.v.</u>	<u>a.h. 08/07</u>
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------------

(em milhares de reais, exceto porcentagem)

PASSIVO E PATRIMÔNIO

LÍQUIDO

CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	101.646	4,0%	119.204	6,7%	(14,7)%
Fornecedores	124.662	4,9%	32.005	1,8%	289,5 %
Obrigações sociais	20.921	0,8%	11.063	0,6%	89,1 %
Obrigações fiscais	54.919	2,1%	17.896	1,0%	206,9 %
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.576	0,2%	886	0,1%	416,5 %
Outras contas a pagar	22.473	0,9%	4.751	0,3%	373,0 %
Provisões diversas - sociedades ligadas	978	0,0%	824	0,0%	18,7 %
Cauções contratuais	24.944	1,0%	5.671	0,3%	339,9 %
Dividendos propostos	25.041	1,0%	17.785	1,0%	40,8 %
Credores pela concessão	54.533	2,1%	49.153	2,8%	10,9 %
Provisão para contingências	=	0,0%	=	0,0%	n.d.
Total do passivo circulante	<u>434.693</u>	17,0%	<u>259.238</u>	14,7%	67,7 %

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	935.070	36,6%	398.655	22,6%	134,6 %
Fornecedores	-	0,0%	32	0,0%	(100,0)%
Credores pela concessão	361.660	14,1%	360.141	20,4%	0,4 %
Provisão para contingências	3.495	0,1%	5.995	0,3%	(41,7)%
Receita diferida	429	0,0%	391	0,0%	9,7 %
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.022	0,4%	9.303	0,5%	(3,0)%
Outras contas a pagar	<u>10</u>	0,0%	<u>7</u>	0,0%	42,9 %
Total do passivo não circulante	<u>1.309.686</u>	51,2%	<u>774.524</u>	43,8%	69,1 %

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	549.083	21,5%	549.083	31,1%	0,0%
Reservas de lucros	287.081	11,2%	206.684	11,7%	38,9 %

Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital	<u>(22.271)</u>	(0,9)%	<u>(22.271)</u>	(1,3)%	0,0%
Total do patrimônio líquido	813.893	31,8%	733.496	41,5%	11,0 %
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.558.272</u>	100,0%	<u>1.767.258</u>	100,0%	44,8 %

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e operações compromissadas

Os saldos de equivalente de caixa são representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e são remunerados por índices que variam de 100% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2008 era de R\$116,3 milhões e representava 4,5% do ativo total da Companhia, em relação a 31 de dezembro de 2007, quando o saldo de caixa e equivalentes era de R\$64,4 milhões e representava 3,6% do ativo total. O aumento de 80,5% entre 2008 e 2007 deveu-se ao aumento da geração de caixa por parte das atividades operacionais e também um aumento nas atividades de financiamento.

Contas a Receber

O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$38,4 milhões, representando um aumento de 26,6% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2007, quando representava R\$30,4 milhões. Esse aumento deveu-se ao aumento da arrecadação durante esse mesmo período, não havendo saldos em atraso. Os valores a receber vencem em média em até 30 dias.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras Restritas

O saldo de R\$5,0 milhões em 31 de dezembro de 2008 (R\$16,8 milhões em 31 de dezembro de 2007) é representado por depósitos em conta restrita a título de garantia de pagamento do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Project Finance") da Vianorte e Intervias. A partir de janeiro de 2001, as referidas controladas, por determinação das condições contratuais, sempre que necessário, vêm caucionando valores, até o limite de 5% de sua receita bruta mensal, limitado ao dobro do valor do último pagamento de principal acrescido dos juros.

Entre 2008 e 2007 o saldo das aplicações financeiras restritas apresentou uma variação negativa de 70,0%, basicamente em função da finalização dos financiamentos juntos ao BNDES nas concessionárias Autovias e de parte dos financiamentos da Intervias.

Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de Imposto de renda e Contribuição Social diferidos era de R\$8,0 milhões 36,6% menor que o saldo de R\$12,6 milhões em 31 de dezembro de 2007. Esta variação se deve a mudança nas práticas contábeis em virtude da contabilização do Ônus Fixo à valor presente nas concessionárias estaduais, visando nos adequarmos a lei nº11.638/07.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido das depreciações, estabelecidas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil-econômica dos bens, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

O imobilizado, em 31 de dezembro de 2008, era de R\$1.817,5 milhões, representando 71,0% do ativo total. Em 31 de dezembro de 2007, o total do imobilizado era de R\$ 1.194,6 milhões e representava 67,6% do ativo total de 2008 e 52,1% menor que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento do saldo de imobilizado deve-se, sobretudo à finalização de investimento realizado pelas concessionárias estaduais, sobretudo o término da duplicação da rodovia Engenheiro Paulo Nilo Romano, SP-225, na concessionária Centrovias.

Intangível

No consolidado, corresponde aos ágios que foram cindidos da OHL Brasil Participações em infraestrutura Ltda. (“OHL Participações”) e incorporados nas concessionárias. Adicionalmente, o intangível é composto pelo direito de outorga da concessão que está demonstrado a valor presente à razão de 5% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo do intangível era de R\$376,2 milhões, representando 14,7% do ativo total. Em 31 de dezembro de 2007, esse montante era de R\$414,1 milhões e representava 23,4% do ativo total da companhia. A queda de 9,1% de 2009 quando comparado a 2007 se deve a amortização incorrida no período.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2008, os empréstimos e financiamentos eram de R\$101,6 milhões, apresentando uma redução de 14,7% em relação a 31 de dezembro de 2007 quando o saldo era de R\$ 119,2 milhões, em função do pagamento de linhas de crédito junto ao BNDES nas concessionárias Autovias e Intervias.

Obrigações Fiscais

No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2008, o saldo na conta de obrigações fiscais era de R\$ 54,9 milhões, representando 2,1% do passivo total, enquanto no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2007 o saldo era de R\$ 17,8 milhões, representando 1,0% do passivo total. Este acréscimo de 206,9% entre o saldo de 2008 e 2007 se deve ao fato de um aumento nas obrigações fiscais das construtoras controladas pela OHL Brasil, em virtude do crescimento do resultado no período, basicamente em função da prestação de serviços de trabalhos iniciais para as concessionárias federais, além do crescimento do resultado das concessionárias estaduais.

Imposto de Renda e Contribuição social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos era de R\$4,6 milhões, contra o saldo de R\$ 886 mil em 31 de dezembro de 2007. O aumento de 416,5% se deve aos impostos diferidos gerados através das despesas de comissões e Impostos Sobre Operações Financeiras pagas antecipadamente, retidas na liberação dos CCB's emitidas pelas concessionárias estaduais captados em 2008.

Dividendos Propostos

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de dividendos propostos era de R\$54,5 milhões, apresentando uma variação positiva de 10,9% em comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2007. Com relação ao total do passivo, dividendos propostos representavam, respectivamente, 2,1% e 2,8% em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2008, os empréstimos e financiamentos eram de R\$935,1 milhões, apresentando um aumento de 134,6% em relação a 31 de dezembro de 2007, devido principalmente a captação através de cédulas crédito bancária em meados de 2008, através das concessionárias Autovias, Centrovias e Intervias. Os saldos de empréstimos e financiamentos representam, respectivamente, 36,6% e 22,6% do total do passivo em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007.

Credores pela Concessão

Refere-se ao saldo do ônus da Concessão, registrados com base nos ajustes a valor presente, o qual é composto pelos valores devidos ao DER - SP pela outorga da Concessão. Esse saldo devedor é corrigido pelo IGP-M e é amortizado mensalmente. Em 31 de dezembro de 2008, o valor era de R\$361,6 milhões, representando 14,1% do total do passivo. Em 31 de dezembro de 2007, o valor devido era de R\$360,1 milhões, representando 20,4% do total do passivo. O aumento de 0,4% de 2009 quando comparado ao saldo devedor de 2007 refere-se à amortização das parcelas e a correção vinculada ao IGP-M realizado em 9,8% no ano de 2008.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, contabilizados na Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

Em 31 de dezembro de 2008 era de R\$9,0 milhões, 0,4% do total do passivo. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo era de R\$9,3 milhões, 0,5% do total do passivo. A redução de 3,0% quando comparado 2008 com 2007, se deve as diferenças temporárias do prazo de amortização do direito da concessão, incorporado para fins contábeis e fiscais

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2008, era de R\$813,9,8 milhões, 11,0% maior que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, quando o mesmo era de R\$733,5 milhões. A variação do patrimônio resultou da distribuição de reservas de lucro constituída até o ano de 2007.

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Reajustes das tarifas de pedágio das Concessionárias Estaduais

As tarifas de pedágio cobradas são um dos fatores fundamentais que influenciam a receita bruta de serviços da Companhia. De acordo com o Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente, em 1º de julho, em função da variação acumulada do IGP-M, no período de 12 meses que vai de 1º de junho do ano anterior até 31 de maio do ano correspondente. Os reajustes, em função do IGP-M, aplicados nas tarifas adotadas pela Companhia, nos últimos 3 anos, foram:

- | | |
|-----------------------|--------|
| ▪ 1º de julho de 2007 | 4,40% |
| ▪ 1º de julho de 2008 | 11,53% |
| ▪ 1º de julho de 2009 | 3,64% |

Adicionalmente, as tarifas vigentes nas praças de pedágio localizadas em rodovias de pista simples são

reajustadas para tarifas de pista dupla, quando a concessionária termina as obras de duplicação no trecho de abrangência do referido pedágio.

Reajustes das tarifas de pedágio das Concessionárias Federais

As tarifas de pedágio foram calculadas de acordo com os contratos assinados com o Governo Federal em 14 de fevereiro de 2008, que estipulam que o valor oferecido no leilão seja corrigido pela variação do IPCA de junho de 2007 ao mês anterior do início da cobrança de pedágio na primeira praça de cada concessão, corrigido anualmente na data de abertura da primeira praça.

Crescimento do Tráfego de Veículos e o Crescimento do PIB

O negócio da Companhia é vinculado à evolução e crescimento da economia. O crescimento do tráfego de veículos-equivalentes nas rodovias operadas pela Companhia foi de 214,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, passando de 142,2 milhões de veículos-equivalentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 446,5 milhões de veículos-equivalentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. O crescimento do tráfego de veículos-equivalentes deu-se principalmente em razão da entrada em operação de 23 praças de pedágio nas concessionárias federais. A redução real do PIB brasileiro para o mesmo período é de 0,2%. A Companhia acredita que a evolução do tráfego em suas rodovias deverá acompanhar futuros crescimentos reais do PIB brasileiro.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Conforme já indicado no campo 10.2, item “a”, parte das receitas operacionais da Companhia estão atreladas a variação de índices de preços.

Concessionárias Estaduais.

As tarifas de pedágio cobradas são um dos fatores fundamentais que influenciam a receita bruta de serviços da Companhia. De acordo com o Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente, em 1º de julho, em função da variação acumulada do IGP-M, no período de 12 meses que vai de 1º de junho do ano anterior até 31 de maio do ano correspondente.

Adicionalmente, as tarifas vigentes nas praças de pedágio localizadas em rodovias de pista simples são reajustadas para tarifas de pista dupla, quando a concessionária termina as obras de duplicação no trecho de abrangência do referido pedágio

Concessionárias Federais

As tarifas de pedágio foram calculadas de acordo com os contratos assinados com o Governo Federal em 14 de fevereiro de 2008, que estipulam que o valor oferecido no leilão seja corrigido pela variação do IPCA de junho de 2007 ao mês anterior do início da cobrança de pedágio na primeira praça de cada concessão, corrigido anualmente na data de abertura da primeira praça.

Receita Acessórias

Além da cobrança de pedágios, o Contrato de Concessão permite que sejam auferidas receitas advindas de outras fontes (receitas acessórias), decorrentes de passagem na faixa de domínio (espaços para colocação de fibras óticas e gasodutos), manutenção de vias de acesso e determinados tipos de publicidade. Os índices de correção atrelados a esses contratos são os índices de correção tarifária.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Exposição a riscos inflacionários

Como todas as receitas da Companhia estão atreladas a correção através de índices inflacionários, entende-se que os impactos que possam ser causados por amplas variações inflacionárias no resultado da companhia são mínimos.

Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a OHL Brasil e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2009, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - Provável</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
CDI	8,36% a 8,75%	10,46% a 10,94%	12,55% a 13,13%
TJLP	6,0%	7,50%	9,0%
Juros a incorrer (*)	124.068	147.629	172.479

(*)Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade e suas controladas a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A OHL Brasil e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

10.3. Comentários dos Diretores sobre eventos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nos exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer participação societária nos exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

ALINHAMENTO COM NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IFRS – LEI Nº 11.638 E LEI Nº 11.941.

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Até a data da preparação destas demonstrações financeiras, 43 novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, entrando em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010. Os CPCs e ICPCs que poderão ser aplicáveis à Sociedade, considerando-se suas operações, são:

<u>CPC</u>	<u>Título</u>
15	Combinação de Negócios
18	Investimento em Coligada
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
28	Propriedades para Investimento
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
36	Demonstrações Consolidadas
37	Adoção Inicial das IFRSs
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40

<u>ICPC</u>	<u>Título</u>
01	Contratos de Concessão
03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

Os principais ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis estarão principalmente relacionados ao ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta Interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta Interpretação não trata da contabilização pelos concedentes. Ela se aplica a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: (a) o concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (b) o concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura, ao final do prazo da concessão. Ela se aplica também: (a) à infraestrutura construída ou adquirida de terceiros pelo concessionário para cumprir o acordo de prestação de serviços; e (b) à infraestrutura já existente, em que o concedente dá acesso ao concessionário para efeitos do acordo de prestação de serviços públicos.

A Administração da Sociedade está analisando os efeitos que os novos pronunciamentos deverão ter em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes. No caso de ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Sociedade avaliará a necessidade de calcular os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em razão das alterações na Lei nº 6.404/76, no que se refere ao Capítulo XV - Exercício Social e Demonstrações Financeiras, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, as práticas contábeis adotadas no Brasil passaram por diversas modificações durante o ano 2008, documentadas sob a forma de pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram acatados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Os principais efeitos contemplados nas demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas em 31 de dezembro de 2008 decorrentes dessas modificações são os seguintes:

- Obrigatoriedade de a Sociedade e suas controladas analisarem, periodicamente, a capacidade de recuperação dos seus ativos, com o objetivo de assegurar que a perda por não-recuperação seja registrada como resultado de decisões para descontinuar atividades ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos saldos - CPC 01. As análises realizadas pela Sociedade e por suas controladas durante 2008 não indicaram a necessidade de registro de provisão em adição às já registradas.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo - CPC 12.
- Capitalização de operações de arrendamento mercantil (“leasing” financeiro) - CPC 06.
- Adoção do conceito de ativos intangíveis - CPC 04. Saldos, no montante de R\$261.819, foram reclassificados do ativo imobilizado para o ativo intangível.
- Eliminação do resultado não operacional e classificação dos itens anteriormente classificados nesse grupo contábil como itens operacionais - Medida Provisória nº 449/08.
- Divulgação da demonstração dos fluxos de caixa em substituição à demonstração das origens e aplicações de recursos - CPC 03.
- Divulgação da demonstração do valor adicionado - CPC 09.
- Os saldos constantes do ativo diferido foram mantidos e serão amortizados em exercícios futuros com base na taxa de amortização de 10% ao ano, conforme facultado pela Medida Provisória nº 449/08.
-

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de

comparação, foram ajustadas para refletir as práticas contábeis adotadas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, conforme determina a NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, de acordo com o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Adicionalmente, foram preparadas as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Os efeitos nas demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas em 31 de dezembro de 2007 decorrentes das modificações descritas estão demonstrados a seguir:

	<u>2007</u>
	<u>Crédito (débito)</u>
Referente a exercícios anteriores - saldos de abertura:	
Ajuste a valor presente dos "credores pela concessão"	30.506
Efeitos tributários sobre o ajuste a valor presente	(10.245)
Ajuste de contabilização de "leasing"	(2.038)
Efeitos tributários sobre contabilização de "leasing"	<u>693</u>
Total	<u>18.916</u>
	<u>Receita (despesa)</u>
Referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007:	
Ajuste a valor presente dos "credores pela concessão"	(734)
Efeitos tributários sobre ajuste a valor presente	250
Ajuste de contabilização de "leasing"	(203)
Efeitos tributários sobre contabilização de "leasing"	<u>69</u>
Total	<u>(618)</u>

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos pareceres de auditoria emitidos sobre as Demonstrações Financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, de 2008 e de 2007 não há quaisquer itens com ênfase ou ressalva.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a OHL Brasil e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2009, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - Provável</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
--------------------	---------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

CDI	8,36% a 8,75%	10,46% a 10,94%	12,55% a 13,13%
TJLP	6,0%	7,50%	9,0%
Juros a incorrer (*)	124.068	147.629	172.479

(*)Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade e suas controladas a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A OHL Brasil e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Provisões para Contingências

A Companhia e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam ocorrer relativas às referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afetará significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação do saldo consolidado das provisões para contingências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é conforme segue:

	Consolidado						2009
	2008	Reclassificação	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos	
Cíveis	2.561	-	2.367	(430)	(565)	-	3.933
Trabalhistas	1.099	-	2.323	(661)	(54)	(8)	2.699
Fiscais	=	=	<u>997</u>	<u>(261)</u>	=	=	<u>736</u>
	3.660	-	5.687	(1.352)	(619)	(8)	7.368
Depósitos judiciais	<u>(165)</u>	<u>165</u>	=	=	=	=	=
Total	<u>3.495</u>	<u>165</u>	<u>5.687</u>	<u>(1.352)</u>	<u>(619)</u>	<u>(8)</u>	<u>7.368</u>

Do total de R\$7.368, R\$7.264 estão registrados no passivo circulante e R\$104 no passivo não circulante. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são partes em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificadas como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para contingências. Tais processos representam R\$11.798, R\$8.073 e R\$204, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Na qualidade de administradores da Companhia, estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das demonstrações financeiras e das notas explicativas por nós apresentadas. Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente, incluindo das normas da CVM – Comissão de Valores Mobiliários

Além disso, dispomos de todas as atas de reuniões de acionistas, do conselho de administração e da diretoria da Companhia que refletem a totalidade das decisões aprovadas pela administração da Companhia.

Auditoria Interna

Em 2009 Considerando a crescente expansão dos negócios da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., decidiu-se pela implantação de uma estrutura de auditoria interna, cujo modelo de atuação obedece aos padrões definidos pela OHL S.A.

Para tanto, foi criada uma Gerência de Auditoria Interna, baseada fisicamente na Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., em São Paulo, e que se reporta funcionalmente a Diretoria de Auditoria Interna na OHL S.A., e hierarquicamente ao Conselho de Administração da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A..

Os principais objetivos deste departamento são os de assegurar a manutenção dos padrões de qualidade das informações financeiras e dos principais controles adotados pela Companhia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não existem quaisquer deficiências ou recomendações sobre os controles internos nos relatórios do auditor independente.

10.7. Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários: a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não foi realizada nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há qualquer transação para o financiamento de suas operações que não se encontre contabilizada no balanço da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8: a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor, b) natureza e o propósito da operação, c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os contratos de Concessão determinam metas que as concessionárias precisam atingir no prazo da Concessão e o volume de recursos que as concessionárias devem investir durante este período. Referidas obrigações de investimento podem ser divididas em três fases:

a) Fase Inicial

Normalmente, a primeira fase da concessão, denominada “Programa Intensivo Inicial”, dura aproximadamente seis meses. De modo geral, nessa fase, as concessionárias devem melhorar os piores aspectos das condições das rodovias, aumentar a segurança, minimizar problemas críticos que representam riscos imediatos aos usuários e aos sistemas existentes, aumentar os níveis de conforto dos usuários e modernizar a aparência das rodovias. Nessa fase, as concessionárias também deverão fazer reparos no pavimento e recuperar a sinalização da pista e pontes em locais críticos das rodovias.

b) Fase Operacional

A fase operacional é geralmente uma continuação do trabalho concluído na primeira fase, embora em menor escala, consistindo, basicamente, na realização de manutenção e melhorias nas rodovias.

c) Fase de Construção

De acordo com os Contratos de Concessão, as concessionárias estão obrigadas a desenvolver trabalhos de duplicação, reparo e melhoria de suas rodovias, ao mesmo tempo em que a Companhia deve continuar a desempenhar suas obrigações relativas à fase operacional. Os projetos dos referidos trabalhos são desenvolvidos pelas próprias concessionárias e/ou por consultores contratados e devem ser apresentados à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (concessionárias estaduais), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (concessionárias federais), para aprovação.

Na tabela a seguir apresentamos as principais obras realizadas, e elencamos também algumas obras previstas para serem realizadas até dezembro de 2011:

Principais Obras Realizadas até dezembro de 2007		
Obras	Unidade	Consolidado

Duplicações	Km	351,5
Faixas Adicionais	Km	119,4
Vias Marginais	Km	71,43
Passarelas de Pedestres	Un	56
Dispositivos	Un	216

Principais Obras Realizadas em 2008

Obras	Unidade	Consolidado
Duplicações	Km	2,4
Faixas Adicionais	Km	5,7
Vias Marginais	Km	5,14
Passarelas de Pedestres	Un	1
Dispositivos	Un	1
Praças de Pedágio	Un	1

Principais Obras Realizadas em 2009

Obras	Unidade	Consolidado
Faixas Adicionais	Km	5,8
Vias Marginais	Km	3,93
Passarelas de Pedestres	Un	3
Praças de Pedágio	Un	23
Dispositivos	Un	4

Obras a Realizar em 2010/2011

Obras	Unidade	Consolidado
-------	---------	-------------

Autovias

Implantação de Passagem Inferior de Pedestres	un	2
Recuperação de Pavimento: Dispositivos de Retorno/Trecho	km	69
Adequação de Gabarito	un	7
Recuperação das Obras de Arte Especiais	un	150
Implantação de sinalização vertical de acordo com o Projeto Tecnotrans	m2	10.880

Centrovias

Faixas adicionais (marginais Rio Claro Pista Sul)	km	1,8
Ampliação de Praça de Pedágio (Brotas, Dois Córregos, Rio Claro e Itirapina)	vias	28
Implantação de passarelas (SP-225)	un	3
Implantação de pontos de ônibus	un	4
Veículo para instalação de balança móvel	un	1

Intervias

Implantação de faixas adicionais (km descontínuos na SP-147 e SP-215)	Km	8,5
---	----	-----

Implantação de passarelas (SP-330 km 186 e km 224, SP-147 km 63 e SP-191 km 22)	Un	4
Alargamento de obra de arte especial (SP-215 km 97 e SP-147 km 94)	m2	380
Implantação de cercas	Km	11
Implantação de sinalização vertical (placas)	m2	7.200
Implantação de sinalização horizontal	Km	420

Vianorte

Implantação Viaduto Ferroviário na SP 322 - km 359,540 - Fepasa	m2	511,2
Recuperação de obras de arte especiais	km	5,2
Barreiras de concreto	km	7,5
4ª Intervenção de pavimento na SP-330 - km 318+500 ao 449+730	km	87
Intervenção de pavimento nas vias marginais de Sertãozinho	km	10
Recuperação programada de dispositivos (pavimento)	km	87
Adequação Gabarito Horizontal (alargamento de OAE)	m2	195

Planalto Sul

Melhoria de Interseções existentes	un	4
Execução de Ruas Laterais em Pista Simples em Rio Negro - PR	km	2
Execução de Ruas Laterais em Pista Simples em Fazenda Rio Grande - PR	km	2
Implantação de Trevos em Desnível, com Alças, em Pista Dupla - Completo	un	1
Implantação de Passagens em Desnível Inferior Tipo Viaduto – Rio Negro - PR	un	1
Implantação de Duplicação	km	2

Fluminense

Implantação de Passarelas de Pedestres em pista dupla	un	9
Implantação de Duplicação - km 190+600 ao km 192+600 (2,0 km) +	km	1
Retorno em nível no km 191+500	km	1
Ampliação - Av. do Contorno	km	2,4

Régis Bittencourt

Implantação de Trevos em Desnível, com Alças, em Pista simples - Completo - Contorno Norte de Curitiba - Interseção com BR 476 e PR 417, no km 276 e 2 adicionais a definir	un	5
Implantação de Trevos em Desnível, com Alças, em Pista Dupla - Parcial - km 325,7 e 8 unidades a definir	un	9
Implantação de Passagens em Desnível Inferior Tipo Viaduto - BR 116/SP - km 323,3	un	1
Execução de Passarelas sobre Pista Simples - BR 116/PR - km 31,5	un	1
Execução de Terceiras Faixas	km	36,7

Fernão Dias

Execução de Ruas Laterais em Pista Simples	km	24
Melhoria de Acessos Existentes	un	42
Melhoria de Interseções Existentes	un	10
Implantação de Trevos em Desnível, com Alças, em Pista Dupla - Parcial	un	2
Execução de Passarelas sobre Pista Dupla	un	29
Execução de Terceiras Faixas	km	88

Litoral Sul

Implantação de Ruas Laterais	km	48,7
Implantação de Passarelas	un	37
Execução de Terceiras Faixas	km	25
Trevo/ Viadutos/ Galerias	un	2

A tabela seguinte mostra os investimentos anuais realizados nos últimos três exercícios sociais e a estimativa da Companhia dos investimentos a serem realizados para cumprir com as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão no decorrer dos próximos cinco anos:

Investimentos
(em milhões de reais)

2007.....	R\$250
2008.....	R\$680
2009.....	R\$787
2010-2014.....	R\$4.378

Referidas projeções de investimento foram realizadas pela Companhia com base nas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. Os custos efetivos podem variar significativamente conforme a evolução do mercado, da inflação, do fornecimento e outros fatores.

Os diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa gerado pelas operações da Companhia, conjuntamente com os recursos líquidos levantados através de financiamentos com terceiros serão suficientes para financiar os programas de investimentos requeridos de acordo com o Contrato de Concessão, bem como assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado pela Companhia.

Os financiamentos da Companhia foram tomados basicamente para o desenvolvimento dos programas de investimentos contratados com o Poder Concedente. O objetivo da Companhia é financiar a maior parte de seu programa de investimentos através da geração de caixa de seus negócios e da contratação de novos financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo devedor dos financiamentos da Companhia era de R\$1.793,4 milhões, comparado a R\$1.657,5 milhões em 31 de dezembro de 2008.

Empréstimos e Financiamentos em
31 de dezembro de 2009

	(em milhões de reais)	
	Saldo Devido	%
TJLP	888,7	49,5%
CDI	900,7	50,2%
Outros	4,5	0,3%
Total	1.794,0	100%

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Liquidez e Recursos de Capital

As principais fontes de liquidez da Companhia têm sido o caixa gerado pelas operações da Companhia e empréstimos obtidos principalmente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a outras instituições financeiras. A Companhia acredita que o caixa gerado pelas operações da Companhia continuarão sendo suficientes para atender suas necessidades de recursos, que incluem capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia.

A tabela a seguir apresenta informações resumidas sobre as variações da liquidez da Companhia nos exercícios indicados:

Fluxo de Caixa

	Exercício encerrado em		
	31 de dezembro de,		
	2009	2008	2007
	(em milhares de reais)		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	603.232	521.677	401.511
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(790.767)	(830.001)	(243.532)
Caixa aplicado nas atividades financeiras	513.413	360.169	(232.814)

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais da Companhia totalizou R\$603,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, R\$521,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 e R\$401,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, apresentando variação de R\$81,5 milhões em relação

ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, que por sua vez apresentou um aumento de R\$120,2 em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007. Isso se deve, principalmente, a:

- aumento de R\$70,8 milhões no lucro líquido de 2009 em relação a 2008 e também aumento de R\$31,2 milhões no lucro líquido de 2008 em relação a 2007;
- aumento das despesas financeiras com juros sobre empréstimos e financiamentos em R\$27,0 milhões no exercício de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, visto que em 2009, houve ingressos de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em função da linha de crédito de empréstimo ponte obtido através das concessionárias federais. Na comparação entre 2008 e 2007, as despesas de juros líquidas aumentaram em R\$31, 8 milhões em função das tomadas de empréstimos através de CCB's pelas concessionárias estaduais, num montante total de R\$670,0 milhões;
- aumento das provisões para contingências cíveis e trabalhistas no exercício de 2009 no montante de R\$4,3 milhões foi proveniente de processos classificados como de risco possível pelos advogados da Companhia;
- variação apresentada na conta de obrigações fiscais apresentou um decréscimo R\$33,5 milhões no exercício de 2009 em relação a 2008 devido ao prejuízo fiscal apresentado pelas concessionárias federais. Já na comparação entre 2008 e 2007, houve um aumento de R\$25,9 milhões em função do crescimento do resultado obtido no período.

Atividades de Investimentos

O caixa líquido utilizado em aquisições de imobilizado e novos investimentos totalizaram aproximadamente R\$790,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, R\$830,0 milhões em 31 de dezembro de 2008 e R\$243,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, respectivamente. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, o caixa foi utilizado principalmente para obras de: (i) recuperação do pavimento,(ii) implantação do dispositivo de retorno (iii) implantação de passarelas (iv) construção das praças de pedágio nas concessionárias federais.

Atividades de Financiamento

O valor utilizado em atividades de financiamento no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 totalizou, aproximadamente, R\$513,4 milhões, contra R\$360,2 milhões em 2008 e um saldo negativo R\$232,8 milhões em 2007. O caixa líquido gerado por atividades de financiamento em 2009 deveu-se principalmente a:

- captações de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Empréstimo Ponte (R\$ 798,0 milhões) e por meio de emissão de notas promissórias no montante de R\$700,0 milhões em 30 de novembro de 2009, contra a liquidação das cédulas de crédito bancário e amortização financiamentos no montante de R\$670,0 milhões;
- distribuição de dividendos equivalente a R\$25,0 milhões;
- pagamento de credores pela Concessão (ônus fixo) no montante de R\$53,4 milhões no exercício de 2009.

Obrigações Contratuais Financeiras

A tabela abaixo sintetiza as datas de vencimento das obrigações contratuais relevantes da Companhia a partir de 31 de dezembro de 2009, as quais são compostas por obrigações decorrentes de financiamentos e empréstimos para capital de giro, os quais são compostos de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (R\$888,8 milhões), CCBs (R\$184,6 milhões), notas promissórias (R\$705,1 milhões).e capital de giro (R\$15,5 milhões).

	Pagamentos de Principal por Período				
	Total	Inferior a 1 ano	1 ano	2 anos	Superior a 3 anos
(em milhares de reais)					
Financiamentos e empréstimos	1.793.933	946.833	812.218	23.058	11.774

Fontes de Recursos

Os recursos necessários para a realização dos investimentos feitos pela Companhia têm três origens: geração de caixa próprio, dívida financeira e, em menor medida, aportes de capital dos acionistas.

O endividamento financeiro da Companhia, por sua vez, corresponde na sua integralidade apenas as dívidas contraídas para financiar seus programas de investimento estabelecidos pelos contratos de concessão das sociedades controladas.

No exercício de 2009, o fluxo de caixa gerado pelas operações da Companhia teve um aumento de R\$81,6 milhões passando de R\$521,7, milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$603,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, conforme justificativa neste item, sob o título “Atividades Operacionais”.

O fluxo de caixa líquido das atividades financeiras é constituído pelos gastos incorridos com o serviço de dívida da Companhia e em virtude de aumentos ou diminuições nos seus níveis de endividamento. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentou um endividamento de R\$1.793,9 milhões contra R\$1.036,7 milhões no exercício de 2008

Este aumento no endividamento da Companhia se deve basicamente me função de desembolsos referentes a linha de empréstimo tomado pelas concessionárias federais: Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul, que celebraram contratos de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$1,0 bilhão, referente a linha de empréstimo ponte, para financiamento das obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração das rodovias operadas pelas respectivas concessionárias. O prazo destes contratos é de 18 meses. Sobre o financiamento incidem juros equivalentes a TJLP + 3,58%a.a. com aval da OHL Brasil ou TJLP+ 2,80%a.a. acrescido do custo da fiança bancária. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo era de R\$785,8 milhões.

No período de 2007 à 2009 a Companhia não financiou seus investimentos através de aportes de capital dos acionistas.

Usos de Recursos

Os recursos da Companhia são usados fundamentalmente para financiar os programas de investimentos estabelecidos no Contrato de Concessão e no pagamento das obrigações decorrentes de contratos de financiamentos firmados pela Companhia.

Investimentos

Os investimentos em ativo imobilizado acumulados até 31 de dezembro de 2009 totalizaram, aproximadamente, R\$786,9 milhões, antes do cômputo da depreciação e amortização, conforme o Contrato de Concessão. A tabela seguinte mostra os investimentos anuais realizados nos últimos três exercícios sociais e a estimativa da Companhia dos investimentos a serem realizados para cumprir com as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão no decorrer dos próximos cinco anos:

Investimentos (em milhões de reais)

2007.....	R\$250
2008.....	R\$680
2009.....	R\$787
2010-2014.....	R\$4.378

Referidas projeções de investimento foram realizadas pela Companhia com base nas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. Os custos efetivos podem variar significativamente conforme a evolução do mercado, da inflação, do fornecimento e outros fatores.

A seguir principais investimentos referidos nos contratos de concessão.

Ampliações Principais

Autovias

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant'anna:

Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 2,8 e 48,35;

Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77.

Na SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior

Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhangüera

Implantação de faixas adicionais ao longo da rodovia (18,50 km)

Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (13,60 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari

Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348;

Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha

Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 19,2 e o km 33,20 e do km 35,5 e o km 36;

Implantação de vias marginais entre os km 30 e os km 35 do lado direito e entre os km 33 e o km 35 do lado esquerdo.

Centrovias

Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 91 + 429 e 177 + 400.

Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 183 + 850 e 235 + 040.

Intervias

Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello: duplicação da rodovia no trecho compreendido entre os km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km

62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191-Rodovia Wilson Finardi: duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira: duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras: de acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª. readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165.225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o Km 42.300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

Vianorte

SP-322. Rodovia Prefeito Antonio Nogueira. Duplicação do km 307+590 ao km 325+910, implantação de 6,88 km de vias marginais, implantação de 8 dispositivos e uma passarela.

SP-322. Rodovia Attilio Balbo / Armando de Sales Oliveira. Duplicação do km 343+500 ao km 390+500, implantação de 25,52 km de vias marginais, implantação de 19 dispositivos e 1 ponte sobre o Rio Mogi-Guaçu

SP-325. Avenida Bandeirantes. Implantação de uma passarela e uma galeria em aço.

SP-328. Rodovia Alexandre Balbo. Duplicação do km 323+130 eo km 337+040, implantação de 4,03 km de vias marginais e construção de 6 dispositivos

SP-330. Rodovia Anhanguera. Implantação de 1,36 km de vias marginais, construção de 2 dispositivos, 1 viaduto e 3 passarelas.

Planalto Sul

Implantação de 48,3 km de faixas adicionais

Implantação de 10,2 km de vias laterais

Implantação de 6 trevos em desnível

Implantação de 3 passagens em desnível

Implantação de 7 passarelas

Implantação de 9 Bases de Serviços Operacionais

Reforma de 4 postos da Polícia Rodoviária Federal

Reforma de 2 postos fixos de pesagem

Implantação de 3 estações meteorológicas

Implantação de 1 par de call box (telefones de emergência) a cada 2 km (total de 414 unidades)

Duplicação de 25,4 km no trecho urbano da rodovia, entre Curitiba e Mandirituba

Fluminense

Construção do Contorno de Campos

Duplicação de 176 km de rodovia

Implantação de 17 passarelas

Implantação de 2 estações meteorológicas

Instalação do Sistema de Circuito Fechado de TV – CFTV com 107 câmeras

Implantação de 1 par de call box a cada 1 km (total de 378 unidades)

Painéis de Mensagens Variáveis – PMVs

Construção do Contorno de Campos

Fernão Dias

Implantação de 50 passarelas;

Implantação de 12 Bases de Serviços Operacionais (BSOs);

Reforma de 10 postos da Polícia Rodoviária Federal;

Reforma de 2 postos fixos de pesagem;

Implantação de bases de pesagem móvel e balanças fixas;

Implantação de 3 estações meteorológicas;

Implantação de 1 par de call box a cada 1 km (total de 1.124 unidades), até o final do terceiro ano da concessão;

Construção do Contorno de Betim, com 10,3 quilômetros de extensão;

Implantação de terceiras faixas;

Construção de vias laterais em pista simples;

Melhorias em acessos e interseções.

Régis Bittencourt

Duplicação de 30,50 km de pista na Serra do Cafezal;

Construção de 105,60 km de ruas laterais;

Construção de 45,7 km de barreiras de concreto, divisórias de pistas tipo New Jersey, duplas;

Implantação de 51 passarelas;

Implantação de 8 bases de pesagem móvel;

Implantação de 2 estações meteorológicas;

Implantação de 1 par de "call box" (telefones de emergência) a cada 1 km (total de 804 unidades);

Construção do Contorno Norte de Curitiba, em pista dupla, com 11,6 quilômetros km de extensão.

Litoral Sul

Implantação de trevos em desnível, com alças, em pista simples

Implantação de trevos em desnível, com alças, em pista dupla

Implantação de passagens em desnível inferior tipo galeria

Implantação de 6 passarelas sobre pista dupla

Implantação de 8 Bases de Serviços Operacionais

Reforma de 6 postos da Polícia Rodoviária Federal

Reforma de 2 postos fixos de pesagem

Implantação de 2 estações meteorológicas

Construção do Contorno de Florianópolis, em pista dupla

A Companhia acredita que o fluxo de caixa gerado por suas operações, conjuntamente com os recursos líquidos levantados através das concessionárias controladas serão suficientes para financiar os programas de investimentos requeridos de acordo com os Contratos de Concessão, bem como assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado pela Companhia e suas controladas. Os negócios da Companhia, contudo, estão sujeitos a inúmeros riscos, que poderão prejudicar seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com suas obrigações.